



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



CENTRO DE MEMÓRIA/NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI.

Lays Cristina Botelho da Silva*

Estudante (IC)

E-mail: layscristina50botelho@gmail.com

Universidade Estadual Câmpus Cora Coralina - Sede: cidade de Goiás

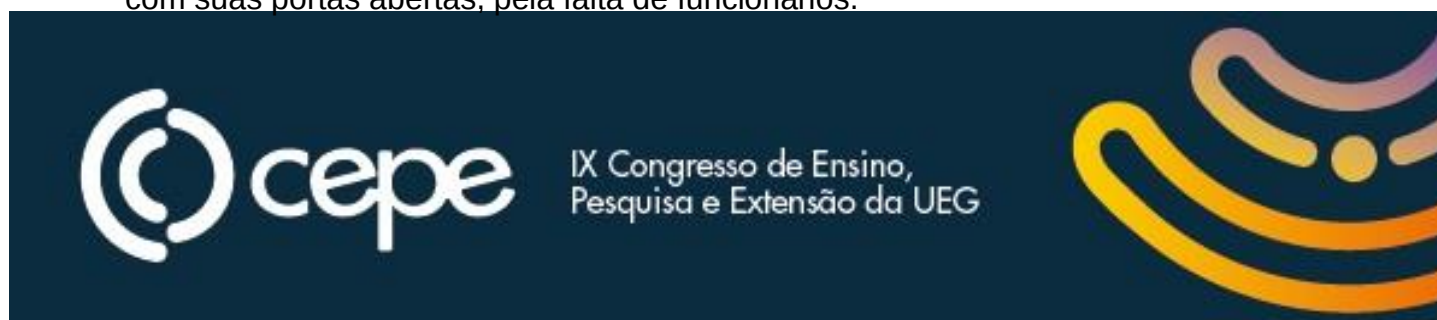
Resumo: o presente artigo tem como objetivo descrever as atividades realizadas durante o projeto extensionista realizado na fundação Frei Simão Dorvi. Durante a descrição pretendo contextualizar a importância dos arquivos históricos a partir de uma política de preservação para que os vestígios do passado não se percam, tendo em vista de que se trata de um local que possui muitos documentos históricos e que necessitam de muito cuidado para resguardá-los. A preservação é essencial para o gerenciamento dos documentos, por isso, existem técnicas de higienização e armazenamento para que os mesmos não sofram danos temporais.

Palavras-chave: Arquivo, catalogação, higienização, documentos.

Introdução

A participação como bolsista no projeto Centro de Memória/Núcleo de Documentação: Preservação do Patrimônio Cultural nos arquivos “Frei Simão Dorvi” e “Dom Tomás Balduino” na Cidade de Goiás, faz-se relevante e se justifica não só pela preservação dos documentos nos arquivos da cidade de Goiás, mas também pelo acesso aos documentos e contribuição à comunidade vilaboense e aos

pesquisadores de toda parte do Brasil, e até mesmo para a manutenção dos arquivos com suas portas abertas, pela falta de funcionários.



O objetivo geral para atuar como bolsista do projeto de extensão é Higienizar, catalogar, digitalizar e organizar os documentos do arquivo Frei Simão Dorvi, além de apresentar banner em eventos das atividades executadas, objetivo este que está interligado ao projeto original, que é de preservar o acervo documental dos arquivos Frei Simão Dorvi e Dom Tomás Balduino.

Material e Métodos

O projeto original está sendo desenvolvido em dois arquivos da cidade de Goiás, Frei Simão Dorvi e Dom Tomás Balduino, em que já estou cadastrada como participante, porém minha atuação é exclusiva no Arquivo Frei Simão Dorvi, o período de execução como bolsista será segunda, terça, quinta e sexta-feira, das 13:30 às 17:30, mais 4 horas flexíveis para acompanhar a equipe participante do projeto, monitorando e auxiliando à coordenação em atividades diversas relacionadas ao projeto, totalizando 20 horas semanais, conforme exigido no edital. Os materiais utilizados são: Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Papel "sulfite", tipo Santa Maria, gram. 90, Trincha de limpeza, Borrachas Rub Gum, Pincel macio Winsor & Newton, Computador, Caixa para jornal Polionda, Impressora multilaser, Lupa para leitura de documentos e outros.

Resultados e Discussão

O ser humano desde a pré-história deixou resquícios de registros de seu cotidiano, de seus costumes e de suas atividades laborais como forma de eternizar o mundo em que se vivia, a sua história, se expressavam por meio de pinturas rupestres. Tempos depois, com a escrita se passa a escrever em diversos tipos de materiais, os mais próximos do papel foram o pergaminho e o papiro até a introdução do papel em si. Com o acúmulo de registros passou a ser necessário armazená-los,



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



aos poucos foi se tornando documentos históricos que precisam ser preservados, sua guarda passou a ser em locais apropriados como arquivos, museus ou bibliotecas. Estes locais de guarda, que atualmente desempenham funções que vão além desta para preservar e disseminar a informação, são meios que apesar de se distinguirem quanto a sua funcionalidade, sendo essencialmente cultural, no caso de bibliotecas e museus, e funcional, no caso de arquivos (PAES, 1997), juntos desempenham uma função importantíssima na preservação e construção da memória e do patrimônio de um povo. (VIEIRA, 2011, s/p)

O arquivo é o local mais funcional para guardar e preservar os documentos, a palavra em si tem origem indefinida, podendo ser da Grécia antiga evoluindo do arché para o archeion “local de guarda e depósito de documentos”. (PAES, 2007, p.19), podendo ser também latina archivum. Só se compreende o que é e qual o valor do arquivo se conseguir ter ideia da importância dos documentos. Assim, faz-se necessário preservar documentos em arquivos para que possa ser manuseado e pesquisado. Para José Maria Jardim, em seu artigo *A invenção da memória em arquivos públicos*, o conceito de memória é relacionado com arquivos da seguinte forma:

Tratou-se de observar como a noção/conceito de memória tende a ser teoricamente referida, quando do processo de avaliação e seleção de documentos arquivísticos, como um dos pilares da arquivologia contemporânea. A este processo e seus determinantes teóricos encontra-se vinculada, por princípio, a constituição dos acervos permanentes/históricos dos arquivos públicos. Estes escolhem, mediante tais diretrizes, documentos considerados socialmente relevantes a ponto de se justificar a sua preservação permanente. Buscou-se, portanto, visualizar o processo de avaliação de documentos à luz da sua racionalidade como recurso técnico, considerando-se também a sua dimensão política. (JARDIM, 1995 p. 1)

Dado exposto, é possível afirmar que o conceito de memória se relaciona com os arquivos e se torna um de seus pilares pois, a construção de acervos está ligada a preservação da memória através de documentos diversos que possuem uma certa relevância e passa por uma preservação permanente dentro dos arquivos. Esses documentos servem de base para pesquisas e levantamento de dados por estudiosos, muitos tem uma iniciativa privada, por isso cobram uma taxa para serem

acessados. Por outro lado, também existem arquivos públicos que podem também ser acessados



Para Jardim (1995), a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido, e seria uma forma subjetiva de se guiar para o passado. A memória é, portanto, um processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente. Não é incomum que a noção de memória como dado arqueologizável, seja utilizada. Miranda Netto, dialoga com o autor ao trazer a seguinte definição para memória:

“Mas não é apenas nas células do ADN que existem arquivos. Também o sistema nervoso do homem é um arquivo. A pitoresca locução ‘fulano é um arquivo’ tem, pois, sua contrapartida em nosso organismo. A memória humana está organizada em fichas e pastas que são os neurônios, onde se grava tudo o que acontece na vida, o despertar da consciência. ... Dizem os dicionários que ‘memória’ é a faculdade de reter (conservar e readquirir idéias, impressões, imagens e conhecimentos obtidos anteriormente). Exatamente como no arquivo. Em alguns indivíduos, a recuperação se faz facilmente (são as chamadas memórias de elefante ou de anjo), em outros a recuperação se faz lenta ou imperfeitamente (sãos as memórias de galo). Mas sempre haverá o arquivo completo de toda a vida, utilizável ou não segundo a qualidade da memória.”(NETTO, 1982, p. 378 apud JARDIM, 1995 p. 4.)

Essa discussão se faz interessante para se pensar em relação a memória como uma forma de conservar as ideias e os acontecimentos e organizá-los em nossa mente. Essa comparação se faz interessante pois, ao ver do autor o arquivo funcionaria como uma memória, onde se guarda documentos que nos remete a algo vivido e nos traz uma experiência já ocorrida para embasar nossas pesquisas a partir de fatos reais. A seleção dos documentos que irão compor o arquivo é feita através de uma análise onde esse document passará por uma avaliação e seleção, José Maria Jardim traz a seguinte reflexão sobre essa seleção:

A literatura e a prática arquivísticas destacam, sobretudo a partir dos anos 50, importância da avaliação e seleção de documentos. A quantidade e a variedade de suportes e formatos documentais, de um lado, e a escassez de recursos arquivísticos, de outro, implicam que os documentos produzidos e acumulados por uma organização devam inevitavelmente passar por um processo de avaliação. Esta avaliação teria objetivos aparentemente muito simples: identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim as possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes. Seus elementos teóricos e metodológicos fundamentais são partilhados pela comunidade profissional arquivística no plano internacional. As práticas daí decorrentes encontram-se, porém, em relação direta com as diferentes tradições administrativas e arquivísticas como, por exemplo, aquelas dos universos anglo-saxônico e ibero-americano. Cabe ressaltar que a teoria e a prática de avaliação encontram sua base histórica nos países anglo-saxônicos (JARDIM, 1995 P. 6)



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Quando falamos dessa seleção, é preciso ter cautela, pois se tem uma quantidade muito grande de documentos e em contrapartida não se tem em mesma quantidade os espaços nos arquivos, e esse impasse faz com que esses documentos passem por esse processo de avaliação. Dado sua importância, o mesmo vai para o arquivo onde passa por um processo de higienização e catalogação, a higienização feita no Fundação Fecigo é feita com pó de borracha e a catalogação consiste em colocar de forma bem breve sobre um papel em branco um resumo do que se trata aquele documento, esse resumo deve conter dados como o ano, a fundação e a série.

Por fim, é a importância dos arquivos é bem proveitoso para complementar o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Uma vez que, guardam memórias e vestígios de História. Os arquivos são instituições que conservam e expõe elementos produzidos direta ou indiretamente pelos seres humanos e que se tornaram fontes históricas. Desse modo, para precisamos entender que no arquivo não se aprende só observando, por isso é preciso problematizar essa visita e analisar se a história contada é etnocêntrica ou se tem alguma explicação, como ter pertencido a algum sujeito histórico. Trazendo uma discussão sobre que tipo de história esse arquivo conta, bem como a exaltação de grandes figuras. Uma maneira de orientar a visita em um arquivo é identificar e descrever os documentos vistos. Diante disso, é imprescindível que ao visitar um arquivo, tenha consciência de que eles não são meros prédios que funcionam como depósitos de documentos antigos. Os arquivos mais modernos constituem um conjunto simbólico que compõe e constrói um imaginário por meio de discursos e imagens. (ANDRIONI, 2019)



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Considerações Finais

Com o passar dos meses atuando como bolsista extensionista no arquivo Frei Simão Dorvi pude aprender muitas coisas e me especializar quanto profissional na área da história. Aprendi a ler documentos manuscritos e catalogá-los, aprendi a fazer a higienização correta dos mesmos e organizar em pastas e caixas estes documentos. O ambiente onde desenvolvo esse projeto é um local muito agradável, conto com a ajuda da dona Fátima que é a atual responsável pela fundação e que possui muito conhecimento nesta área, o que acaba me auxiliando muito no desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho. Por fim, posso afirmar a importância desses arquivos com a preservação da história e memória através de documentos históricos que os mesmos preservam.

Referências

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VIEIRA. L. C. B. Digitalização de Documentos Históricos: uma alternativa para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural. XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação. 16 a 22 de janeiro de 2011.

“Espaços não convencionais para atividades educacionais” In ANDRIONI, Fábio Sapragnas. Produção de recursos didáticos em história. Curitiba: InterSaberes, 2019. P157-192.

JARDIM, Maria José. A invenção da memória em arquivos públicos. In: Ciência da Informação - Vol 25, número 2, 1995 - Artigos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Cidades Pequenas e suas Tipologias na Rede Urbana

Marília Alves Ferreira¹ (IC)*, Janes Socorro da Luz ((PQ), ¹marilia04alves@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Anápolis-CSEH - Nelson De Abreu . Av. Juscelino Kubitscheck, nº 146 - Jundiáí, Anápolis - GO, CEP: 75110-390.

Resumo:

A valorização da temática sobre as cidades pequenas possui uma relevância significativa no contexto brasileiro, marcado pela ênfase que as cidades grandes e médias recebem. Nesse sentido, o trabalho envolve a revisão dos conceitos e características que embasam a discussão das cidades na escala das cidades pequenas, por meio do levantamento bibliográfico e, conseqüente, revisão bibliográfica. Outro elemento que perpassa a discussão é a questão da segunda residência, contextualizada na realidade vivenciada pela sociedade com o advento das restrições impostas pela pandemia provocada pelo coronavírus. Restrições essas que afetaram a vida cotidiana e o desenvolvimento das atividades de pesquisa, nesse sentido, o presente trabalho objetiva apresentar elementos pertinentes ao processo de levantamento de dados e revisão bibliográfica sobre as cidades, sua tipologia e a questão da segunda residência. Propicia a compreensão da importância que essas cidades possuem e como se inserem na dinâmica regional.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Dinâmica regional. Pandemia. Segunda Residência.

Introdução

A discussão sobre a segunda residência ganhou relevância com a fase de quarentena imposta pela epidemia de coronavírus, entre 2019 e início de 2022. A segunda residência, nesse cenário, tornou-se uma alternativa de habitação que permitia o distanciamento da crise que se instalou na saúde pública global. E, na escala das cidades pequenas, a discussão sobre a tipologia das cidades, suas características e a inserção no contexto regional criou a possibilidade de compreender como a dinâmica urbana transforma o espaço geográfico.

As restrições impostas pela pandemia afetaram a realização de atividades de campo, o que direcionou as ações para a revisão bibliográfica e leitura das informações disponíveis sobre a temática. De acordo com a proposta do trabalho a



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



questão sobre as cidades pequenas passou a ter relevância, sua definição e seus fundamentos, com a perspectiva de abstrair seu desenvolvimento e capacidade dentro da tipologia da rede urbana.

De início, tratando as suas característica, como são designadas, as relações que desenvolvem e críticas levantadas sobre seu porte de cidade. Por conseguinte, introduzindo os primeiros trabalhos e pesquisadores da área, abordando as principais dificuldades para realização dessa pesquisa. E, por fim, como foram sendo definidas dentro da rede urbana seja por autores ou, até mesmo em um caráter mais oficial, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Portanto, busca-se abordar alguns pontos a respeito das cidades pequenas, situadas no contexto da rede urbana em transformação. Acerca dos conceitos e classificação da rede urbana e como se da sua colocação na hierarquia das cidades.

Material e Métodos

O desenvolvimento da pesquisa empregou como recurso metodológico revisões bibliográficas, envolvendo os estudos que discutem a questão da segunda residência, cidades pequenas e espaço urbano, entre outras. Inclui o levantamento diversas fontes de informação que contribuíram para a coleta de informações acerca do estudo, por exemplo em livros teóricos, bancos de tese e dissertação e artigos, que enfocam a resiliência sobre as cidades pequenas. Por conseguinte, o procedimento feito de leituras e interpretações sobre as fontes, com o recorte de tempo de 2009 a 2019. Também foram objeto de pesquisa livros e artigos, que apresentam o conceitos básicos e a aplicabilidade entre os tipos de cidades, considerando a dimensão regional. Um tema não muito pesquisado pela academia, mas que apresenta uma grande interesse para compreensão. Outro critério utilizado para análise foi a elaboração de resumos dos trabalhos, para saber se integrava ao tema abordado sobre cidades pequenas e para a classificação ou tratamento dos artigos, ou seja, para a sistematização dos conceitos.



Resultados e Discussão

As discussões decorrentes são apresentadas a partir dos resultados obtidos na análise de artigos, teses e livros, que abordam a temática das cidades pequenas e, em um plano de fundo, a segunda residência. Nesse sentido, uma referência básica que foi selecionada para o estudo se refere ao trabalho de Sposito (2009), o mesmo debruça sobre a questão da tipologia das cidades médias e pequenas para desenvolver a questão da dinâmica regional, além das relações econômicas e sociais. Por sua vez, Arrais (2013), com o estudo referente a segunda residência nas regiões metropolitanas, propiciou a aproximação com a temática e destacou as principais características desse contexto na dimensão das pequenas cidades. Também Silva e Fernandes (2011), foram importantes no processo de revisão da temática, pois tratam do conceito específico das cidades pequenas e a relação com a região, suas escalas e dinâmica econômica. Uma perspectiva também seguida por Roma (2012), ao discutir sobre o processo estrutural das redes de cidades; tal como Suzuki *et al* (2019), ao tratar da diversidade existente entre o campo e a cidade.

De modo geral, considerando os resultados obtidos pelas pesquisas bibliográfica sobre cidades pequenas, há ainda um nível de pesquisas muito baixo em relação a esse tipo de cidades. Trata-se de uma temática complexa, pois acaba sendo recente, desenvolvida principalmente a partir da década de 1950, quando houve aumento na estruturação das cidades, seguida por uma queda, resultante da regulamentação mais rígida que foi imposta para criação de novos municípios. Diante desse exposto, percebeu-se a evolução desse estudo e seus pressuposto no Brasil, com os primeiros trabalhos dessa temática, assim como as dificuldades enfrentadas para sua realização. Notadamente outros autores realizaram as classificações das cidades como: Geiger (1963); Rochefort (1961) e Geiger (1963), a classificação se dava pelo "caráter funcional hierárquico" a partir das cidades principais as inferiores. Azevedo (1970), Corrêa e Lima (1977). Classificação do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades Brasileiras (REGIC), as classificações das tipologias tradicionais, metrópoles nacionais, regionais, cidades regionais, cidades sub-regionais, cidades pequenas, cidades locais.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Considerações Finais

Portanto, com objetividade procuramos apresentar a temática das cidades pequenas, seus conceitos e colocações de diferentes autores que realizam essa análise e destacaram a articulação das cidades pequenas no âmbito da rede urbana. Mostrando sua importância dentro da rede, sua função e sua articulação principalmente seu desenvolvimento, a partir da mão de obra e sua tranquilidade, e sossego que é muito buscado pela humanidade o bem-estar..

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás, Pro-Reitoria de Pesquisa, pela participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. Morar na Metrópole. **Viver na Praia ou no campo:** a segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano. Editora: UFG digital, IESA Livros eletrônico, 2013, p. 1-110.

SILVA, Jurado; FERNANDES, Paulo. **Cidades pequenas e industria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação e Geografia, 2011, p. 1-285.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as Pesquisas e Médias Cidades Brasileiras.** ICMSA- Instituto de Ciências sociais Aplicadas- UFPA- Observatório Comova.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Belém-Pará, 2009, p. 5-57.

SUZUKI, Julio Cesar; ARAÚJO, Valterli Borges de; BITELLI, Fábio Malinari. **Campo e Cidade na América Latina**. FELCH/USP, 2019, p. 1-10.

ROMA, Cláudia Marques. **O rural, o urbano e o Agrícola no movimento Espiral do Espaço híbrida**. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista: [S.n], 2012, p. 25-33.

TRINDADE, Adinael Junhor Pereira da; NARDES, Antonia Marília Medeiros. Campo e Cidade na América Latina. In. TRINDADE, Adinael Junhor Pereira da; NARDES, Antonia Marília Medeiros. **A ocupação territorial do estado do Mato Grosso e a expansão das cidades**. FELCH/USP, [S. N.], 2019, p. 141-163.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Como a escravidão se apresenta na contemporaneidade e sua relação com os Direitos Humanos.

Kailane Braz da Silva¹ (IC)*, Isabella Christina Da Mota Bolfarini² (FM).

UEG – Universidade Estadual De Goiás: Rua 607, QD. 42, s/n, Setor Sul I, Uruaçu – GO, CEP 76400-000. UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: Av. Márcio Lima Nantes s/n, Vila da Barra, Coxim – MS, CEP 79400-000.

O projeto chamado “Interações temáticas Multidisciplinares” é uma proposta de extensão que busca integrar diferentes saberes e sujeitos no processo de produção do conhecimento. Visa fazer uma ponte entre a comunidade acadêmica e diferentes atores sociais, tais como, membros dos poderes públicos locais, professores da rede pública de ensino, egressos dos cursos de graduação, representantes da sociedade civil, membros da comunidade quilombola local, membros das forças de segurança pública do Estado, etc., que estarão em constante contato com os estudantes. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa, realizando por excelência, o sentido da universidade, já que tem uma função integradora e articuladora da vida universitária como um todo. Os desafios atuais, no cumprimento do Plano Nacional de Educação, situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades. De modo geral, a abordagem foca na temática dos Direitos Humanos, buscando aprofundar o estudante nos temas multidisciplinares, para possibilitar sua interação com diferentes campos do conhecimento e alcançar a formação axiológica e atitudinal de caráter multidisciplinar.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Multidisciplinaridade, Transversalidade.

¹ Graduanda do Curso de Direito da UEG. kailanesilvabra@gmail.com

² Pós-doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito Comparado pela Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica); Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Louvain la Neuve (Bélgica); Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Católica do Uruguai; Graduada em Direito pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha. Docente e Coordenadora Pedagógica no Campus Norte – Sede Uruaçu, da Universidade Estadual de Goiás, docente convidada na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e na Escola de Governo de Goiás.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Introdução

O presente projeto de extensão, retrata sobre uma das particularidades dos direitos humanos, tendo como fundamentação compreender o “Trabalho Escravo Contemporâneo”, com base na interpretação do professor Moisés Pereira da Silva, que é especializado em História e Cultura Afro-Brasileira (FINOM).

A escravidão contemporânea no ponto de vista histórico se diverge da escravidão moderna, negra e branca, pelo modo como atua na sociedade. Esta se vê presente nas várias relações de trabalho urbano, em que pessoas, independentemente de sua cor ou etnia, se submetem a essa situação pela necessidade de sobreviver. Dessa forma, a problemática se insere no fato que mesmo após a abolição da escravidão, esta permanece de forma minuciosa na sociedade, por meio da promessa de salário a cidadãos de baixa renda, que são enganados e acabam se endividando e trabalhando somente para quitar sua dívida.

O objetivo geral do projeto de extensão é a ampliação e conexão de saberes para a formação crítica dos estudantes e sua aproximação da universidade com a sociedade, já que, segundo os relatórios internacionais da Organização das Nações Unidas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Human Rights Watch (emitidos em 2021), os Direitos Humanos no Brasil e no mundo, vêm sofrendo retrocessos acentuados. Levando em consideração esse panorama geral, sobre acesso a serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança pública, etc.) o projeto foi pensado e planejado com a intenção de desenvolver uma estratégia institucional, conjunta e harmônica (entre os diferentes Cursos da unidade de Uruaçu), para a formação crítica dos estudantes, garantindo nesse processo ampla



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



participação social. Os objetivos específicos são, aprofundar nos temas propostos, formar o senso crítico, produzir conhecimento e integrar os saberes da comunidade.

Lívia Mendes Moreira Miraglia afirma em sua dissertação de Pós-Graduação, chamada “Trabalho Escravo Contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana”, que o trabalho em condições análogas a escravidão não se trata somente da limitação do direito de liberdade, mas também de ambientes degradantes, pois, diz ela que o bem jurídico tutelado ultrapassa o direito de locomoção, que é apenas um aspecto da dignidade humana, assim mostrando que todos os aspectos devem ser garantidos, para consolidar o mínimo existencial de vida ao trabalhador. Dessa forma, evidenciando a importância do princípio da dignidade da pessoa humana como elemento norteador para o conhecimento do trabalho escravo no mundo atual e a sua criminalização.

Material e Métodos

O projeto em sua metodologia, conta com palestras multidisciplinares que partem do Eixo transversal de Direitos Humanos, ministradas por pesquisadores e docentes externos, membros dos Poderes Públicos locais, representantes da OAB do Município de Uruaçu, professores da rede pública (estadual e municipal) de ensino, membros das forças de segurança pública, agentes públicos do sistema de saúde, etc. Os temas propostos são variados e buscam o aprofundamento crítico a partir dos pressupostos da formação axiológica, atitudinal e cognitiva, de caráter multidisciplinar. A multidisciplinaridade é vista sob a ótica de profissionais da saúde, da educação, da segurança pública, de membros do executivo, do legislativo, etc. Assim, após as palestras, a equipe organizadora elabora estudos de caso e questões discursivas com



a problematização da realidade apresentada para formação de um banco de questões e de casos a ser utilizado para a implementação de metodologias ativas de aula.

Resultados e Discussão

Conclui-se que a análise principal do escravo contemporâneo perpassa no sentido de que, mesmo após a abolição da escravatura em 1888, ela continuou existindo de forma desconhecida, por meio das relações de trabalho urbano, usando da vulnerabilidade de pessoas em estado de extrema pobreza. Assim, sua existência foi conhecida somente após 1990, em que operadores do direito tentaram resolver esse crime por meio da sua tipificação, que não era prevista. Baseando no princípio da dignidade humana, caracterizaram o trabalho escravo como, trabalho forçado ou por dívida, em condição degradante, com jornada exaustiva e agressões físicas e psicológicas.

As palestras foram ministradas aos estudantes em períodos semanais e mensais, em cada palestra estes assistiram, questionaram o palestrante sobre eventuais dúvidas acerca do assunto, e realizaram um relatório do tema explanado, trazendo todas as problematizações e conclusões sobre o conteúdo abordado. O macroprojeto proporcionou um aprofundamento das temáticas dos direitos humanos, aproximando a universidade da sociedade, foi capaz de aprimorar o senso crítico e aumentar o conhecimento em relação as comunidades.

Considerações Finais



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O projeto no alcance de seus objetivos de formação da opinião crítica e aprimoramento do conhecimento, faz indagar se a tipificação do crime de trabalho escravo é suficiente para extinguir a escravidão no mundo, e se não for, o que fazer para amenizar essa estimativa e garantir as condições básicas de vida aos cidadãos.

Por fim, o projeto beneficia a Instituição no âmbito de busca, pesquisa e extensão dos estudantes, tornando-os cada vez mais capazes de adentrar o mundo trabalhista. Nesse sentido, propicia a produção científica, tecnológica e cultural por parte dos alunos, no qual torna a Instituição um exemplo de ensino.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Coxim/MS-CPCX, a Pró-reitora de Extensão e Assuntos Estudantis, a professora Isabella Christina Da Mota Bolfarini, que proporcionaram e ofertaram esse projeto, promovendo a oportunidade de crescer como estudante e entender a realidade das comunidades por meio de cada âmbito.

Também agradeço a todos os palestrantes que se disponibilizaram e passaram um pouco de seu conhecimento para o aperfeiçoamento de cada aluno.

Referências

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. Dissertação



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



(Mestrado em Direito) – Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia, Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 175. 2008.

NETH. Trabalho Escravo Contemporâneo | Dr. Moisés Pereira da Silva (UNFT). YouTube, 12 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/YuUnG2zNOtY>>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Criminologia Cultural e Arte: Rumo a Construção de uma Criminologia Cultural Brasileira.

Abílio Netto Borges¹ (IC)*, Jhullyan Cristine da Silva Costa² (IC), Mozart Vieira Júnior³ (IC), Rizen Marta de Andrade Rosa⁴ (IC), Dr. Denis Carrara de Abreu (Or.); email: abilio124@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás, Campus Sul, Sede Morrinhos, Faculdade de Direito, R. Quatorze, 327, Jardim América, Morrinhos, CEP 75650000, GO – Brasil.

Esta pesquisa tem como finalidade a compreensão da criminologia como ciência norteadora para os fenômenos criminológicos, e principalmente realizar a análise de uma de suas vertentes mais crescentes no país, a Criminologia Cultural, que possui como enfoque a percepção e captura das simbologias e representações culturais que envolvam a transgressão como fenômeno social, estando presente em temáticas distintas como, Criminologia Cultural e Mídia, Criminologia Cultural e Arte, Criminologia Cultural Negra, Criminologia Cultural e Economia, dentre outras. O presente estudo tem como problema central, portanto, entender através de estudos já realizados no Brasil (tendo como marco o ano de 2018) e durante o tempo desta observância, como se tem dado a construção desta Criminologia Cultural Brasileira, especificamente em relação aos estudos relacionados a temática “Criminologia Cultural e Arte”, reunindo os recentes estudos, os observando, sistematizando e verificando os resultados principais obtidos com o cunho de registrar o desenvolvimento da temática frente à construção de uma efetiva Criminologia Cultural Brasileira.

Palavras-chave: Criminologia Cultural. Observatório de Violência e Cidadania. Criminologia Cultural e Arte.

Introdução

Este resumo expandido tem como finalidade apresentar o projeto de pesquisa “Criminologia Cultural e Arte: Rumo a Construção de uma Criminologia Cultural



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Brasileira”, suas práticas, aprendizados e resultados esperados. Tem como objetivo traçar parâmetros referentes aos contornos do crime, criminalização, cultura, que geralmente nos são expostos, através das novas ramificações ou tendências criminológicas, fazendo uma análise intrínseca diante da perspectiva da Criminologia Cultural, e mais precisamente a Criminologia no que tange a Arte.

Segundo Jeff Ferrell, a criminologia cultural explora de inúmeras formas as dinâmicas culturais que interferem nas práticas do crime e seu controle na sociedade contemporânea; assim, a criminologia cultural enfatiza a centralidade de sentido e de reprodução na construção do crime como um evento momentâneo, tentativa subcultural e matéria cultural. A partir desta visão, o conceito apropriado de criminologia transcende as noções tradicionais de crime e suas causas incluindo imagens de comportamentos ilícitos e imagens simbólicas da aplicação da lei, construções da cultura popular de crime e ações criminosas e o compartilhamento de emoções que inspiram os eventos criminais, percepções de ameaça criminosa, e esforços públicos de controle da criminalidade. (FERREL, 2019.P23)

Faz-se oportuno, portanto, evidenciar a vertente “Criminologia Cultural e Arte”, por já possuir diversos estudos sobre transgressão e repressão nas áreas das artes visuais, plástica, musicais, como estudos de pensadores como Herson Alex Santos, trazendo enfoque na Criminologia Cultural e Artes Visuais, Alberto Carvalho Amaral, trazendo à luz discussões acerca da Criminologia e Cinema, bem como na área da música com José Antônio Gerzson Linck e Salo de Carvalho com o livro “Criminologia Cultural e Rock”, contemplando diversos estudos nacionais acerca do tema.

A Criminologia Cultural e Arte, como ramo desta ciência, se dedica inteiramente a estudos e indagações acerca dos confrontos entre a liberdade de expressão e censura no tocante à produção artística, dessa forma, podemos ver que



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



são diversas temáticas a serem exploradas, e por esta razão, este projeto busca reunir estudos que se referem a esta área, buscando compreender através de pesquisas já realizados no nosso País, bem como tem se dado a construção desta Criminologia Cultural Brasileira no que se refere a Arte.

Material e Métodos

O procedimento técnico em um primeiro plano será de revisão bibliográfica, incluindo livros, consulta a banco de dados como o Instituto de Criminologia Cultural, IBCCRIM, Scielo, pesquisas em documentos e artigos dispostos na internet para estudo de caso, bem como a análise de banco de dados de Universidades com programas de pós-graduações relacionados ao tema da pesquisa utilizando-se para a busca, descritores como: Criminologia Cultural e Artes Plásticas – Criminologia Cultural e Cinema – Criminologia Cultural e Música – Criminologia Cultural e Artes Visuais, partindo do ano de 2018 e pelo período em que a pesquisa se desenvolve.

Em um segundo plano será feita a análise destes estudos com revisão dos dados, com o objetivo de evidenciar as várias formas metodológicas possíveis para a realização de estudos sobre a temática. Em um terceiro momento evidenciar os achados e as contribuições dos diversos estudos os quais contribuíram para o conhecimento de forma construtiva da Criminologia Cultural Brasileira. A quarta etapa se dará na construção e desenvolvimento de um artigo científico com base nos estudos realizados apresentando sua conclusão em eventos científicos e acadêmicos e posteriormente, sua publicação.



Resultados e Discussão

Diante de todas as problemáticas apresentadas, para chegarmos a um melhor entendimento, foi realizado uma escolha de materiais para o desenvolvimento da pesquisa como um todo, através de estudos jurisprudenciais e bibliográficos de extrema valia, dentre os quais é válido citar os trabalhos: "Possíveis interseções entre criminologia cultural e artes visuais" de Herson Alex Santos e Renato Duro Dias, "A criminologia cultural e a criminalização das culturas periféricas" De Saulo Ramos Furquim, e a "Criminologia na sétima arte " de Lucas Pereira Alves, através de uma análise intrínseca e discussões efetivas.

Portanto, o que se espera do resultado dessa pesquisa é o avanço da ciência jurídica no que tange a recente construção de uma Criminologia Cultural Brasileira como forma de promover visibilidade, importância e divulgação aos autores nacionais que se dedicam ao tema.

Considerações Finais

O objetivo final ao finalizar esse projeto é colher informações e construir a partir de registros e estudos, uma análise sobre a atual situação da Criminologia Cultural no Brasil, a quem ela vem atingindo, bem como se há mecanismos de combate a essa ação. O presente estudo ainda está em fase de construção de coletas de dados.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, ao Prof.Dr. Denis Carrara de Abreu, nosso orientador, pelo incentivo e pela dedicação ao projeto em questão. Agradecemos também à Universidade Estadual de Goiás, pelo fomento da pesquisa, e todo seu corpo docente, que se mostra sempre fiel ao comprometimento e ao ensino de qualidade, nos levando a percorrer o melhor caminho dos estudos e da pesquisa científica.

Referências

AMARAL, Alberto Carvalho e outros. Criminologia e cinema – semânticas do castigo. 1ª ed. – São Paulo. Marcial Pons, Brasília: 2018

FERRELL, Jeff; Hayward, Keith; Young, Jock. Criminologia cultural: *um convite*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

KHALED Jr. S.H. Crime e Castigo: *ensaios de resistência, controle social e criminologia cultural*. Belo Horizonte – MG: Letramento, 2018

LINCK, José Antonio Gerzson- Mayora Marcelo- Neto, Moisés Pinto – Carvalho, Salo – Criminologia Cultural e Rock. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2020

SANTOS, Herson Alex. Possíveis intersecções entre criminologia cultural e artes visuais. Revista de direito, arte e literatura. On-line. CONPED, 2020



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS: A EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DO TRABALHADOR EM ITUMBIARA/GO

Uarlis Benjamim Lopes Silva^{1*}, Inara Rose de Amorim², Ednando Batista Vieira², Anna Flávia Soares Andrade³, Ellen Silva Brito³, Gabriela Souza de Freitas³, Gabrieli Aparecida Oliveira³, Gustavo Henrique Moreira Vieira³, Gustavo Pereira Bento Silva³, Jefferson Fernando Souza Silva³, Jessica de Souza Carvalho³, Matheus Eduardo Oliveira Florêncio³

^{1*} Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: uarlisbenjamim@gmail.com (Bolsista Extensionista)

² Docentes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás.

³ Acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás.

Resumo: A cesta básica foi criada por um decreto do governo de Getúlio Vargas, em 1938. O pensamento central era atribuir o valor de uma cesta básica como um dos principais componentes de definição do valor do salário mínimo. Assim, a finalidade deste projeto é permitir que o trabalhador itumbiarense, com base no cálculo do custo mensal da cesta básica de alimentos, tenha conhecimento/informação do peso de cada produto sobre seu orçamento doméstico, e desta forma balizar as suas compras conforme a evolução dos preços. A metodologia utilizada foi embasada na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), sendo necessária a realização de uma pesquisa de campo, consulta de preços semanais e cálculo do preço médio dos produtos selecionados. A análise entre abril e agosto aponta uma variação acumulada negativa de 6,74% no gasto da cesta no município, variando de R\$ 690,25 para R\$ 644,27. O trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média 59% do rendimento para adquirir os produtos da cesta. Em suma, o valor da cesta apresentou redução, contudo a inflação ainda pressiona o poder de compra do trabalhador.

Palavras-chaves: Inflação; Cesta Básica de Alimentos; Orçamento Doméstico



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Introdução

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza a pesquisa da Cesta Básica de Alimentos para 27 capitais brasileiras. Porém, os demais municípios não são contemplados nesta pesquisa. Assim, abre-se a possibilidade para o cálculo do custo mensal da cesta básica no município de Itumbiara-GO. A principal motivação deste trabalho é permitir que a comunidade itumbiarensense tenha conhecimento e informação sobre a evolução dos preços (taxa de inflação) de uma cesta composta por 13 itens. A partir desta pesquisa consegue-se atingir à comunidade, e, portanto, estreitar a relação entre sociedade e Universidade; e possibilita o envolvimento dos alunos de graduação na construção do conhecimento. É importante ressaltar que a essência da pesquisa não é somente apresentar o valor (custo) da cesta básica, mas, sobretudo, acompanhar a evolução do poder de compra do trabalhador.

Material e Métodos

A metodologia utilizada no projeto de extensão será embasada nas regras que balizam a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA). A PNCBA é um levantamento contínuo dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais. A PNCBA foi implantada em São Paulo em 1959, a partir dos preços coletados para o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV) e, ao longo dos anos, foi ampliada para outras capitais. Hoje, é realizada nas 27 capitais do Brasil e



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



permite a comparação de custos dos principais alimentos básicos consumidos pelos brasileiros.

Os itens básicos pesquisados foram definidos pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil e está vigente até os dias atuais. O Decreto determinou que a cesta de alimentos fosse composta por 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo.

Para medir a evolução dos preços desses bens, é necessária a realização de uma pesquisa de campo e consulta de preços. A definição dos endereços comerciais para a realização do levantamento de preços é feita selecionando-se aqueles de maior frequência.

A coleta dos preços deve ser feita apenas uma vez por mês em cada um dos estabelecimentos da amostra. O preço dos produtos é coletado diretamente da prateleira, de preferência sem o auxílio de informante.

Após a coleta dos preços, são calculados os preços médios dos produtos (média aritmética) para cada um dos produtos pesquisados. Somando os vários resultados obtém-se o preço médio mensal ponderado por produto. O preço médio de cada produto, multiplicado pelas quantidades definidas no Decreto Lei nº 399/1938, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da Cesta Básica. Obtido o valor da cesta, é feito o cálculo das horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar a Cesta Básica de Alimentos, bem como a proporção gasta do salário mínimo para aquisição dos bens.



Resultados e Discussão

Com os dados coletados podemos perceber como o preço dos alimentos que compõem a sexta básica de alimentos varia a cada mês.

Tabela 1 – Cesta Básicas de Alimentos de Itumbiara: gasto mensal, variações, porcentagem do salário-mínimo líquido e horas trabalhadas, meses selecionados do ano de 2022

Alimentos	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
Carne	236,96	237,62	236,05	244,85	234,94
Leite Integral	40,25	42,5	46,82	56,69	50,18
Feijão Cariquinha	39,56	43,1	54,47	49,16	49,01
Arroz	13,85	13,72	14,08	13,39	13,34
Farinha de trigo	7,48	8,25	8,24	8,14	8,89
Batata	46,74	41,19	34,44	30,76	31,34
Tomate	94,41	76,18	44,46	49,41	47,91
Pão Francês	80,94	84,69	83,94	88,94	93,96
Café em pó	24,44	24,35	22,96	24,75	22,81
Banana Prata	47,39	45,24	36,05	41,85	37,32
Açúcar Cristal	11,94	12,37	12,18	11,56	11,94
Óleo de Soja	8,16	8,16	7,34	7,18	6,80
Manteiga	38,08	38,47	40,47	18,14	35,65
Custo da cesta básica (R\$)	690,25	675,89	641,5	644,79	644,27
Variação mensal (%)	-	-2,08	-5,08	0,51	-0,09
Variação acumulada no ano (%)	-	-	-7,16	-6,65	-6,74
Porcentagem do S.M. líquido	61,56%	60,28%	57,22%	57,51%	57,46%
Horas trabalhadas	125,29	122,68	116,44	117,04	116,95

Fonte: Dados da pesquisa.

A carne tem a maior participação relativa na cesta básica, seguida do pão francês. Em todo o período analisado, se percebe que mais da metade do salário-



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



mínimo bruto é gasto com alimentação. Em agosto de 2022 o trabalhador itumbiariense remunerado pelo piso nacional comprometeu em média 57,46% do rendimento para adquirir os produtos da cesta, foram 116,95 horas de trabalho investidas, menos do que em abril, quando o percentual foi de 61,56%, ou seja 125,29 horas de trabalho.

Considerações Finais

O valor da cesta básica apresentou redução entre os meses pesquisados, em abril 690,25, já em Agosto 644,27. Contudo a inflação continua pressionando e corroendo o poder de compra do trabalhador e ocupando uma porcentagem muito alta do valor do salário mínimo 61,56% e 57,46% respectivamente.

Agradecimentos

Programa Próprio de Bolsas da UEG. Edital n. 004/2021/PRE – BOLSA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS.

Referências

DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**: janeiro de 2016. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>
Acesso em: 8 de março, 2022.



EDUCAÇÃO FÍSICA X PSICOMOTRICIDADE: UM DUELO OU UMA PARCERIA PARA SE TRABALHAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Mayara Pereira dos Santos¹
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Este artigo discute a relação existente entre a educação física e a psicomotricidade na educação infantil, a fim de compreender se essa inter-relação se instaura como duelo ou parceria nas práticas pedagógicas. Para isso, por meio de uma revisão bibliográfica, apresentamos o histórico da educação infantil, seus objetivos e conceitos, perpassando pelas funcionalidades da educação física e da psicomotricidade. Em seguida problematizamos e discutimos a realidade da disciplina que cuida do movimento na educação infantil. Por último, levantamos as possibilidades de uma parceria ou se realmente há um duelo, no qual não se encontra a possibilidade de utilizar as duas abordagens para concretizar um trabalho pedagógico na educação infantil. Concluímos então que o duelo existe, mas quando a psicomotricidade e a educação física são trabalhadas em comum parceria nas aulas tem resultados significativos ou quando o professor tem a liberdade de escolher qual o momento utilizar uma ou a outra, a criança só tem a melhorar o seu rendimento e sua aprendizagem.

Palavras-chave: Movimento. Corpo. Desenvolvimento, Criança.

Introdução

Segundo Kramer (1982, p.27) quando surgiram as instituições infantis, desenvolvia-se um trabalho apenas assistencial, ou seja, de cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam, preocupavam-se apenas com a alimentação, higiene e segurança física delas. Esses espaços institucionalizados de convivência da criança funcionavam apenas como um depósito para esperar que elas chegassem à idade adulta (principal fase), com intuito de fornecer mão de obra às indústrias, nesse caso a infância era apenas uma passagem, a criança (apesar do nome diferente) era um adulto em miniatura. Essas instituições afirmavam que as crianças permaneciam na classe social em que nasciam, logo filhos de operários, operários seriam, não educavam, apenas reforçavam a subordinação, não tinham nenhum compromisso com os aspectos motores, cognitivos e afetivos da criança e muito menos as instigavam a mudar de classe social.

O papel da educação infantil também não é o de preparar a criança para o futuro, e, muito menos, resume-se em apenas alfabetizá-la, cuidando somente da

¹ (FM), (PG).
mayara.pesantos@hotmail.com



parte pedagógica, Freire (2009, p. 18) ressalta que se assim o fosse se condenaria eternamente a ser pobre como instituição e não atenderia as necessidades globais da criança, pois nessa faixa etária a criança tem uma aprendizagem muito mais emocional, sensível e motora do que o intelecto pelo intelecto.

Segundo a LDB 9394/96 a educação infantil tem a finalidade de desenvolver integralmente a criança até seis anos de idade. Deve trabalhar os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais da criança, completando a ação da família e da comunidade, tem a necessidade de enxergar a criança como um ser pleno e não fragmentado. Precisamos ressaltar que em nenhum momento a educação familiar será substituída, o objetivo da educação infantil não é o de sobrepor uma a outra. A família tem um papel importantíssimo na educação da criança e a escola irá apenas complementar e integrar a ação dela e da comunidade nesse processo.

Negrine (1994) recomenda que o profissional para se trabalhar na educação infantil deve compreender as teorias que tratam o desenvolvimento infantil, que ela é a referência para o trabalho pedagógico. (p. 26-28)

Discussão

A Educação Física Na Educação Infantil

Desconhecida por muitos, praticada por alguns e defendida por poucos, a educação física vem através dos anos procurando a oportunidade de integrar o processo educacional como atividade curricular regular. Bela na sua forma, rica no seu conteúdo e expressiva na sua utilização, esta atividade tem tudo para se tornar, quando convenientemente ministrada, um eficiente processo de educação da nossa juventude e também das nossas crianças. (FRAUSINO, 2004, p. 163)

A educação física é rica na sua essência, lida com o primeiro conhecimento que adquirimos, o corporal. Ela nos ensina a tomar consciência do nosso corpo e a viver corporalmente. Antes mesmo de aprender a linguagem oral a criança conta os



seus segredos mais ocultos, suas angustias e medos pela linguagem corporal, visto que é através do corpo que a criança aprende a primeira linguagem e então descobre o mundo, a si mesma, as suas capacidades, o outro e aprende a se expressar.

Gonçalves (2016, p. 15) diz que a criança faz uso da linguagem corporal muito antes de qualquer outro tipo de comunicação, portanto a educação física deve se utilizar dessa linguagem para produzir aprendizagem. A criança aprende a ter algumas noções nessa faixa etária através do seu corpo em movimento e o professor deve levar isso em consideração como um fator motivador e facilitador para que ela aprenda outros conteúdos.

A Psicomotricidade e suas Intervenções

É por meio da atividade motora que a criança vai construindo um mundo mental cada vez mais complexo, não apenas em conteúdo, mas também em estrutura. O mundo mental da criança, devido às ações e interações com o mundo natural e social, acaba por apresentar essas realidades por meio de sensações e imagens dentro de seu corpo e de seu cérebro. Primeiro pela intervenção de outras pessoas, que atuam como mediadoras entre a criança e o mundo; depois pelos sucessos e insucessos da sua ação, ela vai adquirindo experiências que virão a ser determinantes no seu desenvolvimento psicológico futuro. (FONSECA, 2004, p. 131)

É pelo movimento que a criança conhece a si mesma, conhece os objetos, as pessoas e o mundo a sua volta, é por ele que ela age no mundo estabelecendo vínculos. O conhecimento cognitivo é fundamentado na função motora e é com a aprendizagem gradativa do movimento que o intelecto vai se aprimorando, portanto, quanto mais estimulada no aspecto motor for à criança, maior será a base para o desenvolvimento da cognição. A psicomotricidade acredita que um depende do outro, não sendo possível separá-los, em alguns casos ocorre o desmembramento apenas para intuito de estudos.

Gonçalves (2016, p. 85) diz que a psicomotricidade é uma ciência que estuda o indivíduo por meio do seu movimento e a ação desse movimento compreende o aspecto motor, afetivo e cognitivo, sendo ainda o resultado da relação do sujeito



com o seu meio social, isto posto, o ato de movimentar-se é a junção e concretização dos aspectos psicomotores. Ela ainda acrescenta que a psicomotricidade enxerga o sujeito em sua totalidade, não existindo a possibilidade de separação do corpo (cinestésico), sujeito (relacional), a afetividade e o social, por isso ela busca estabelecer um equilíbrio por meio do movimento entre a organização motora, cognitiva e sócio-afetiva do sujeito, oferecendo possibilidades para que ele se localize no ambiente, que encontre o seu espaço e por ultimo se identifique com o meio onde está inserido.

Considerações Finais

Percebemos então que o duelo entre as duas áreas de fato existe, por isso há uma disputa para definir qual das abordagens utilizar na educação infantil. Alguns professores utilizam às abordagens da psicomotricidade e outros as abordagens da educação física, logo esses professores ainda não acreditam na possibilidade de um trabalho mútuo.

A educação física nasceu no esporte, seus conhecimentos iniciais eram tecnicistas, biologicistas e até militares, mas é uma área que não se acomodou com o tempo e mudou a forma de olhar para o ser humano, deste modo enxerga ele hoje de forma globalizada. Atualmente as aulas de educação física não prioriza a técnica pela técnica ou a técnica apenas para se ensinar algum esporte, mas se vivencia as práticas corporais para ser e viver o corpo, criando uma qualidade de vida corporal satisfatória, ou seja, experimentou diversas formas de movimentos.

A psicomotricidade por outro lado, nasceu para auxiliar crianças com dificuldades de aprendizagem, com distúrbios psicomotores e ainda com desempenho psicomotor abaixo do esperado, foi reeducação e terapia até se formar como área pedagógica e passar a intervir também na área da educação, se opondo a educação física, inclusive pela forma de enxergar o corpo, desde o seu surgimento



acredita em um ser humano global, integrado e impossível de ser dissociado.

Enquanto a educação física destacava as crianças com facilidade e menosprezava as crianças com dificuldade motora a psicomotricidade se fortalecia atuando com crianças com problemas psicomotores e acreditava tanto na criança com dificuldade quanto na criança com facilidade.

O trabalho pedagógico na educação infantil deve ter como ponto de partida a criança, ela precisa ter contato e vivenciar várias práticas, expressões e linguagens corporais para construir as suas experiências corpóreas. Precisamos lembrar sempre que é pelo movimento que a criança se conhece, conhece o outro e conhece o mundo a sua volta, portanto a psicomotricidade e a educação física trabalhando juntas só tem a contribuir com o desenvolvimento pleno da criança.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, N. 9394. Brasília, 20 de Dezembro de 1996.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade, perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRAUSINO, Neusa Maria Silva. A contribuição da psicomotricidade nas aulas de educação física: um estudo comparativo. **Estudos**, Goiânia: v. 31, n. 1, Janeiro 2004.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

GONÇALVES, Fátima A.. **Psicomotricidade & Educação física: Quem quer brincar põe o dedo aqui**. Cajamar: 2016.

KRAMER, Sônia. **A política do pré escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Cortez editora, 1982.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994. v. 1.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



ENSINO REMOTO E DESIGUALDADES SOCIAIS: Uma abordagem a partir da Educação Superior

Adelson Moreira Santos* (PG) (adelson.santos@ueg.br), Amanda Cereza Zanatta (PQ).

Universidade Estadual de Goiás - Avenida do Trabalhador, Gleba B/4, Distrito Agroindustrial, Luziânia-GO

Resumo

O presente texto é oriundo de uma pesquisa, intitulada “Ensino Remoto e Desigualdades Sociais: uma abordagem a partir do ensino superior”, que está sendo realizada pela UEG - UnU de Luziânia. Esta pesquisa científica possui como objetivo central realizar uma investigação, em níveis teórico, metodológico e técnico (habilidades e competências) da realidade e dos desafios do ensino remoto na educação superior, durante a pandemia da Covid-19; especificamente, um estudo a partir dos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Goiás presentes no Entorno do Distrito Federal (nas cidades de Luziânia e Formosa). Metodologicamente, no geral, esta trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como modalidade o estudo de caso e como técnica a observação e realização de entrevistas semiestruturadas com docentes. Juntamente com Decretos e Resoluções educacionais deste tempo de pandemia, é utilizado como referencial teórico, em especial, as obras dos seguintes autores, Borges e Amaral (2015), Souza (2020), entre outros. Esta pesquisa, até o momento presente, constata e explicita que os desafios do ensino remoto na educação superior, nestes tempos de pandemia da Covid-19, aumentaram significativamente e desnudaram de vez as desigualdades sociais, históricas e educacionais presentes no processo de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Desigualdades Históricas. Desigualdades Educacionais. Cursos de Licenciaturas.

Introdução

O presente texto acadêmico-científico enfatiza a reflexão da realização e implementação do ensino remoto diante das desigualdades sociais em terras brasileiras; especificamente, como esta é realizada e quais os desafios do ensino remoto no ensino superior no contexto de pandemia da Covid-19 com relação as



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



desigualdades sociais, históricas e educacionais.

Historicamente, percebemos que, a desigualdade sempre esteve presente nas sociedades humanas, existindo diferenças de participação do indivíduo na sociedade a qual ele pertence. Nesse sentido, Borges e Amaral (2015) explicitam que:

[...] a participação do indivíduo na sociedade e cultura é influenciada pela posição que este ocupa na estrutura social e pelo seu status. Porém vê-se que historicamente as elites sempre buscaram oportunidades para alimentar o abismo existente entre as camadas sociais. Fato este que visivelmente, gera sentimentos de desconforto e sofrimento, nos desprovidos, muitas vezes direta ou indiretamente tendo afetada, sua saúde (Id. Ib., p. 02).

Desse modo, no Brasil, verifica-se que a pandemia da Covid-19 acirrou a desigualdade no âmbito educacional, que conforme o entendimento de Lima e Souza (2020), a pandemia evidenciou desigualdades impeditivas ao acesso à educação, que distanciou ainda mais ricos e pobres, negros e brancos, principalmente devido a falta de estrutura e falta de acesso à internet para assistir as aulas que, no auge da pandemia – anos 2020 e 2021 –, foram realizadas somente de forma online.

A partir dessa perspectiva, acreditamos que o ensino remoto seja partícipe do ensino híbrido (ou *blended learning*), que utiliza majoritariamente as tecnologias contemporâneas com destaque da utilização de plataformas digitais, como forma de auxiliar o aluno; todavia, a pandemia da Covid-19 acelerou um processo migratório que não estávamos preparados.

Assim, no âmbito educacional, conforme o Instituto Semesp (2022), a Educação Superior sofreu impactos da pandemia devido às medidas emergenciais de isolamento social, visto que “Escolas e universidades tiveram que fechar as portas e adotar aulas remotas emergenciais do dia para a noite” (id. ib., p. 06-07).



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Material e Métodos

Em nível metodológico, em geral, o presente projeto trata-se de uma pesquisa qualitativa; e, delimita-se, como modalidade, em um estudo de caso a partir das Unidades Universitárias (UnU) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) presentes no Entorno do Distrito Federal (nos municípios de Luziânia e de Formosa); e, como técnica de pesquisa, utilizando observação e entrevistas semiestruturadas com docentes dos Cursos de Licenciaturas destas UnU da UEG, a fim de responder as questões referentes ao problema de pesquisa e aos objetivos geral e específico deste trabalho.

Resultados e Discussão

Ressaltamos que, neste contexto de pandemia, o principal desafio foi a não interação com os colegas docentes que atuam no ensino superior, pois estes são conhecedores das necessidades de pesquisas educacionais com foco nos questionamentos sobre a prática educativa. Já que o ensino superior é o espaço para trocar experiências e saberes entre os pesquisadores, em teoria, estes deveriam se juntar para propor ajustes nos pontos investigados, provocar a sociedade e a universidade para que mudanças sejam alcançadas.

A partir disso, Souza (2020) explicita que mais de 15 milhões de famílias não possuem acesso à internet no Brasil, em 79,1% das famílias que têm acesso à internet, o celular é o equipamento utilizado, destes 99,2% dos domicílios um único



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



celular é compartilhado por todos os integrantes da família. Assim, para pensar em um ensino remoto de qualidade é preciso considerar esses dados, para que os professores, o sistema de ensino e os órgãos competentes do Estado, possam sanar essas desigualdades impostas as famílias de classe baixa, sem prejudicar a aprendizagem daqueles que desfrutam das riquezas e dos meios de produção e possuem melhores condições para desenvolver-se através do ensino remoto.

Considerações Finais

Percebemos com a pandemia da Covid-19, iniciada no ano de 2020, que os alunos pararam de ingressar e/ou se evadiram do ensino superior; entendemos que isso ocorreu devido à instabilidade financeira, ao fechamento de comércios, entre outros aspectos como a falta de acesso à internet de qualidade, ou mesmo falta de tempo para se dedicar ao ensino remoto.

Muitos desafios se fizeram presentes na implementação do ensino remoto, e o principal destes que se revelou no período da pandemia da Covid-19, é o que há muito vem sendo discutido no espaço acadêmico: as desigualdades socioeconômicas, a má distribuição de renda, as condições do ensino público, a fome, o desemprego, além da inércia dos governos para sanarem tais dificuldades de crianças, adolescentes e jovens no processo de construção do conhecimento. Diante disso, é imprescindível repensar como o ensino remoto é ofertado nas universidades.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

Aos membros atuantes do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação, Gestão e Cultura Regional - GEGC/Luziânia – GO, em especial ao Professor Doutor Jorge Manoel Adão, Coordenador Geral da presente pesquisa e Líder do GEGC.

Referências

BORGES, Marcos Antônio Rodrigues; AMARAL, Alessandra Freitas do. **Desigualdades sociais no mundo atual**: teoria e ilustrações empíricas. Psicologia e Saúde em Debate, Volume 1, Número 2 – Agosto, 2015.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 2022. 12a edição.

LIMA, Bruna; SOUZA, Carinne. **Pandemia evidenciou desigualdade na educação brasileira**. 2020. Disponível em:
<<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacaobasica/2020/12/4897221-pandemia-evidenciou-desigualdade-na-educacao-brasileira.html>>. Acesso em: 25 abri. 2021.

SOUZA, Elmara Pereira de. **Educação em tempos de pandemia**: desafios e possibilidades. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, Ano XVII, jul./dez. 2020.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Formação continuada docente para o uso das ferramentas digitais durante o período pandêmico (2019-2022)

Jaqueline de Araújo Silvestre Batista (PG)*jaqueasbcaldas@gmail.com; **Flávio dos Reis Santos (PG).**

UEG - Campus Sudeste - Sede: Morrinhos.

Resumo: O presente trabalho coloca em discussão o contexto vivenciado pela comunidade escolar durante a pandemia da COVID-19 (2019-2022) no que tange ao uso das ferramentas digitais para viabilizar o ensino. As medidas legais adotadas determinaram o fechamento das instituições de ensino público e privado, de modo que posteriormente as atividades escolares “normais”, tiveram continuidade de forma remota, recorrendo assim aos recursos tecnológicos e metodológicos para dar prosseguimento ao ensino. A proposta inicial foi a utilização de aplicativos disponíveis para a continuidade das aulas, sem, no entanto, analisar se os professores teriam ou não as ferramentas e/ou conhecimento suficientes para que o conteúdo chegasse aos alunos. Neste interim, nos propomos a um estudo baseado na literatura produzida durante o período, bem como em autores fundamentais a quaisquer discursões sobre a educação de forma geral, como Pierre Bourdieu, Mészáros, Paulo Freire, Flávio Reis dos Santos e Boaventura de Sousa Santos. De forma geral, os resultados preliminares apontam que o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP), no qual os professores ministravam as suas aulas de forma assíncrona, tiveram obstáculos como ausência de ferramentas digitais apropriadas, pouco conhecimento em relação as ferramentas, ausência de formação específica para tanto e outros.

Palavras-chave: Capacitação. Ensino. Conhecimento tecnológico. Pandemia da Covid-19.

Introdução

Abordar a temática da educação básica no Brasil durante a pandemia se apresenta como uma tarefa desafiadora, pois, naturalmente o país lida com um sistema precarizado de educação e agora precisa lidar com a ausência de outros recursos que apenas em razão do vírus se tornaram substancialmente essenciais, a



exemplo das tecnologias para continuidade das aulas pela via remota. Muitos foram os programas de alfabetização e letramento, contudo, houve grande defasagem no ensino durante esse período pandêmico, muito embora, tal desigualdade possa ser identificada anteriormente, mas, agora, agravada a um patamar nunca visto.

Metodologia

A presente pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa de uma revisão da literatura sobre a temática proposta e acerca das nuances gerais da educação brasileira que se revelam muito mais históricas do que uma novidade do momento pandêmico. Quanto ao critério de inclusão dos autores tivemos por fio condutor aqueles que são base das discursões acadêmicas, clássicos, e que, em alguma medida, discutem sobre a estrutura em si do sistema a partir da lógica capitalista.

Resultados e Discussão

Entendemos que a História se apresenta como uma ciência capaz de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais enquanto ainda estão acontecendo, como é o caso das consequências da COVID-19 que mudaram o *modus operandi* de diversos eixos da sociedade.

Ainda que inúmeras leis, decretos, instruções e outros atos normativos tenham sido elaborados para contornar dificuldades nesse momento, Lei alguma,



por si só, tem o poder absoluto de materializar transformações profundas, por mais avançada que seja sua fundamentação, nem é capaz de impedir o ritmo de evolução de uma sociedade, pois a sua eficácia está subordinada ao conjunto geral das reformas propostas e a interferência de fatores condicionantes da vida social.

De acordo com Mészáros (2008), a Educação em sentido amplo é um processo de institucionalização e internalização que carrega marcas históricas e influências dos diversos contextos que determinam o paradigma pedagógico atual à consolidação de pautas sociais e mentalidades individuais, de modo que esta constatação feita pelo autor denota especificamente as necessidades atuais, pois, estamos diante de uma dicotomia no que tange a inserção do ensino tecnológico na sua modalidade remota e a construção de uma sociedade crítica.

De um momento para outro tem-se uma verdadeira transformação na forma de ensinar/aprender, a Educação passou a utilizar de um caminho sem volta no que tange ao uso de tecnologias, muito embora não houvesse formação para professores e alunos, estes tiveram que se adaptar abruptamente a nova modalidade de ensino nas escolas de forma geral.

Nesse sentido, cabe mencionar o conceito de Capital Cultural desenvolvido por Pierre Bourdieu (1979), o qual refere-se ao conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. E nesse viés, podemos mensurar a questão do capital cultural destacado em relação ao capital tecnológico para a educação, pois quanto mais disponíveis estiverem as tecnologias para o emprego na Educação Básica, mais preparado para o mundo em todos os sentidos estará o indivíduo que dela possa usufruir, porém, conseqüentemente, também haverá indivíduos que dela não usufruirão e, por isso, não se pode deixar a margem tais ferramentas, muito menos serem subutilizadas sob o risco de causar prejuízos irreparáveis ao processo de aprendizagem e cognição no que tange a Educação Básica.

Já para Freire (1996), o emprego da tecnologia na educação deveria ter o caráter de práxis tecnológica, já que todo uso de tecnologia está, inicialmente, imbuído de ideologia. É necessário que se identifiquem as bases das práticas



tecnológicas, em busca das reais justificativas para seu emprego.

De forma geral, durante o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP), no qual os professores ministravam as suas aulas de forma assíncrona, tiveram obstáculos como ausência de ferramentas digitais apropriadas, pouco conhecimento em relação as ferramentas, ausência de formação específica para tanto, ausência de internet, tanto para professores quanto para alunos. Quanto ao aparelho de celular usado pelos alunos também verificou-se uma limitação tanto pela posse quanto pela quantidade. Dificuldades materiais decorrentes da condição socioeconômica que não surgem durante a pandemia, mas são aprofundadas por ela. (SANTOS, 2020).

Considerações Finais

Urge então que se aproveite ao máximo todas as ferramentas que estejam a disposição principalmente as tecnológicas tendo em vista a grave crise que estamos passando de forma a colaborar com o desenvolvimento de uma educação equânime como garantia de que todos os sujeitos que dela participem, possam ter os mesmos instrumentos para galgar durante o seu percurso e construir bases acadêmicas que lhe possa dar oportunidades para uma transformação social qualitativa.

Nesse contexto, o aparato legal que norteia a presente proposta é, sobretudo, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e outras normas infraconstitucionais como a lei 9.394/1996 (LDB), como respaldos jurídicos para reivindicar o direito fundamental ao acesso à educação para todos os sujeitos, pois, nunca foi tão necessário lembrar que se trata de uma garantia constitucional, tendo em vista que a tecnologia como ferramenta torna-se imprescindível quando a abordamos dentro do espectro globalizador do tema, cabe ao Poder Público que



promova a partir das políticas públicas a formação dos professores e o fornecimento dos recursos para os alunos das tecnologias necessárias.

Referências

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei 9.394/1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Boitempo Editorial, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Formação docente em perspectivas inclusivas¹

Marlene Barbosa de Freitas Reis^{*1} (PQ), Carla Salomé Margarida de Souza² (PQ)
marlenebfreis@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas

Resumo: Este trabalho tem como objetivo socializar os resultados de um curso de extensão voltado para a formação docente em perspectivas inclusivas. A ação foi realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (GEPEDI), cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq), no segundo semestre de 2021, por meio de encontros síncronos (30h) e assíncronos (30h), perfazendo carga horária de 60 horas. Os encontros síncronos foram realizados, quinzenalmente, às terças-feiras das 17h às 19h, pela plataforma do *Google Meet*. Para fundamentação teórica, utilizamos alguns autores que discutem o tema, como: Reis (2006; 2013); Machado, Narvaes e Oliveira (2021). A metodologia é de abordagem qualitativa com uso de questionário enviado aos 42 participantes-cursistas via *Google Forms*. Os resultados apontaram que os objetivos do curso foram alcançados e as reflexões advindas dessa experiência reforçam que a formação de professores para a inclusão e educação especial é fundamental para o desenvolvimento de sistemas educacionais mais inclusivos e que a universidade assume papel primordial nesse processo.

Palavras-chave: Formação de professores. Inclusão. Curso de extensão. Educação especial.

Introdução

Tendo em vista o papel da universidade enquanto “instituição social necessária e relevante para cumprir a função de socializar, produzir e reelaborar o conhecimento científico” (REIS, 2006, p. 36), o Grupo de Estudos e Pesquisas em

¹ Texto completo publicado em: REIS, Barbosa de Freitas Reis; SOUZA, Carla Salomé Margarida de (ORGs). Formação Docente em Perspectivas Inclusivas [recurso eletrônico]. 1.ed.– 1.ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2022. 258 p.



Educação, Diversidade e Inclusão (GEPEDI)², se propôs a desenvolver uma ação de extensão voltada para a formação docente em perspectivas inclusivas a fim de contribuir com os paradigmas contemporâneos de formação na e para a diversidade (REIS, 2013).

Essa ação foi desenvolvida no segundo semestre de 2021, na modalidade curso de extensão, realizado com encontros síncronos (30h) e assíncronos (30h), intitulado - Ciclo de Formação Docente em Perspectivas Inclusivas. O objetivo foi contribuir para a formação docente para o atendimento às necessidades emergentes do contexto de inclusão escolar, a partir da interlocução entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, estabelecemos como problemática, a seguinte questão: de que forma o GEPEDI pode contribuir com o fortalecimento da formação docente no tocante à diversidade, inclusão e educação especial a partir de conhecimentos teóricos e práticos?

Material e Métodos

Com base na abordagem qualitativa, a revisão bibliográfica foi realizada a partir de autores que discutem o tema, como: Reis (2006; 2013); Machado, Narvaes e Oliveira (2021). Para a coleta de dados, utilizou-se de questionário enviado aos 42 participantes-cursitas via *Google Forms*.

Resultados e Discussão

² GEPEDI tem como objetivo fomentar, produzir e socializar estudos e pesquisas sobre as discussões das diversidades, inclusão e educação especial nas diferentes dimensões que transversalizam e interseccionam as temáticas.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O curso teve como finalidade contribuir com a formação docente em perspectivas inclusivas a partir da interlocução entre ensino, pesquisa e extensão, além de estimular ações que possibilitem a interação multi/inter ou transdisciplinar entre profissionais da educação, estudantes e pesquisadores. Teve carga horária de 60h, sendo 30h em atividades síncronas e 30h em atividades assíncronas. Os encontros síncronos foram realizados, quinzenalmente, às terças-feiras das 17h às 19h, pela plataforma do *Google Meet*.

O respeito às diversidades é um avanço na direção de uma educação inclusiva que ofereça novas possibilidades de interação, inclusão e aprendizagem a todos e todas. O curso em questão contemplou diálogos sobre aspectos culturais, biológicos, étnicos, raciais, linguísticos, religiosos, entre outros, envolvendo a valorização das diversidades ao considerar o desenvolvimento de uma educação de cunho humanista fundamentada na promoção de saberes e de práticas que incitem atitudes de valorização do ser humano e de respeito às diferenças.

Desse modo, por meio do ciclo de formação em perspectivas inclusivas oportunizamos aos pesquisadores, discentes e colaboradores, espaços de estudos, de pesquisas e de ações de ensino e extensão para aprofundamento e discussão de conhecimentos produzidos e socializados a partir de temas afins. Ponderamos que a incorporação do debate sobre as diversidades na formação docente possa contribuir para a ampliação de imaginários e de repertórios biográficos na construção de uma sociedade democrática (MACHADO, NARVAES e OLIVEIRA, 2021).

Na primeira questão do formulário perguntamos se o cursista participou de todos os encontros. Por meio das respostas, percebemos que todos os 42 cursistas responderam o formulário e que destes, quase 50% participaram de todos os encontros.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Uma outra questão do formulário, foi sobre o uso da plataforma do *Google Meet* para a realização do curso e ficou evidenciado que todos os participantes do curso gostaram da plataforma utilizada, pois oportuniza mais pessoas a terem acesso e assiduidades nos encontros.

Por meio de outra questão do formulário, avaliamos a percepção dos participantes, sobre os textos previamente solicitados para estudo. Foi unânime a avaliação dos materiais disponibilizados pelo curso como ótima seleção.

Em outra questão foi apontado pelos participantes sobre a estrutura do curso e uma das cursistas assim respondeu: “a estrutura foi ótima, mas o que chamou a atenção foi a maneira respeitosa com que os conteúdos foram expostos e da mesma forma, os colegas que compartilharam suas dúvidas”.

Considerações Finais

A inclusão demanda uma formação docente que seja, de fato, ação permanente para além da formação inicial nas universidades. Ela exige saberes específicos, peculiares inseridos no contexto de uma educação com equidade e qualidade para todos e todas.

Nesse sentido, ao responder à problemática que norteou esse texto: de que forma o GEPEDI/UEG pode contribuir com o fortalecimento da formação docente no tocante à diversidade, inclusão e educação especial a partir de conhecimentos teóricos e práticos? Ressaltamos que a partir da oferta do GEPEDI/UEG, o curso contribuiu com a formação docente para o atendimento às necessidades emergentes do contexto de inclusão escolar a partir da interlocução entre ensino, pesquisa e extensão.

A experiência com o desenvolvimento desse curso de extensão propiciou aos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



docentes e cursistas-participantes, reflexões quanto aos aspectos relacionados à prática pedagógica, além de contribuir efetivamente para uma sustentação teórica mediante suas ações em contexto de inclusão, além da aprendizagem fundamentada para a materialização de um trabalho colaborativo em prol do fortalecimento da educação inclusiva. Ademais, ressaltamos a publicação de um E-book com capítulos produzidos pelos cursistas-participantes como produto final do curso.

Agradecimentos

Agradecemos à UEG por meio da Pró-Reitoria de Extensão a viabilidade no desenvolvimento do curso.

Referências

MACHADO, Gabriella Eldereti; NARVAES, Andréa Becker; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. Políticas de formação docente e as questões de gênero e sexualidade. **Revista Communitas** V.5, N. 9, Jan.-Mar./2021, Pp. 2018-239.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva**: limites e perspectivas. Goiânia: Deescubra, 2006.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente**: uma interface possível. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Fronteiras e diálogos entre a história e a literatura na obra de Eli Brasiense

Maria de Fátima Oliveira. Pesquisador (PQ) proffatima@hotmail.com

¹ Doutora em História (UFG). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), (PQ).
Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá, Anápolis - GO.

Resumo: Esse artigo é resultado de um projeto de pesquisa que tem como objetivo analisar a obra ficcional do escritor Eli Brasiense relacionando-a com a história. Brasiense nasceu na cidade de Porto Nacional (TO), quando a cidade ainda pertencia à antiga região norte de Goiás. Por meio de sua narrativa é possível conhecer aspectos econômicos, políticos e socioculturais e ambientais do território que hoje engloba os estados de Goiás e Tocantins. A presente proposta pretende mostrar que, embora sem compromisso com a verdade, a obra de Brasiense elucida muito sobre a cultura, o cotidiano e os costumes regionais, sendo, portanto, uma importante fonte para os estudos históricos. Por meio da literatura pode-se conhecer aspectos nem sempre visíveis em outros tipos de documentos. Além de o autor possuir uma escrita agradável, que cativa e fascina, sua narrativa é permeada pela história e faz aflorar sensibilidades e elementos do imaginário da sociedade daquela região.

Palavras-chave: História. Ficção. Região. Sensibilidades.

Introdução

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado *Fronteiras e Diálogos entre a história e a literatura na obra de Eli Brasiense*. O estudo tem como foco central compreender a relação entre as duas áreas do conhecimento, tendo como principal fonte a obra do escritor natural de Porto Nacional (TO), antigo norte goiano em 1915 e faleceu em Goiânia (GO) em 1998. Buscou-se, como objetivos, contribuir para o conhecimento sobre uma região ainda pouco explorada pela literatura e pela história; conhecer as possibilidades de diálogo entre as duas áreas do conhecimento,



explorando o uso da literatura como fonte histórica; e destacar a importância da obra de Brasiliense para a compreensão do processo histórico deste vasto território no qual o autor viveu e conheceu tão profundamente.

Já é considerável o número de historiadores que se destacam nos estudos interdisciplinares sobre a relação da história com a literatura, e isso muito tem contribuído para o debate, para o avanço nas pesquisas, e consequentemente para o aumento de publicações voltadas para a temática. Como exemplo, podemos destacar nomes relevantes como os de Roger Chartier (1994), Hayden White (1995), Sandra Jatay Pesavento (2003; 1999), Nicolau Sevcenko (2003), para citar apenas alguns pesquisadores que se dedicam aos estudos que investigam esse campo temático do conhecimento. Apesar da obra de Brasiliense já ter sido tema de diversos estudos acadêmicos, o problema principal investigado nesse artigo é de certo modo inédito, pois a questão que se coloca é a seguinte: como a Literatura se entrecruza com a História na obra de Eli Brasiliense, e quais aspectos históricos e culturais de Goiás e Tocantins podem ser revelados a partir da interdisciplinaridade entre as duas áreas do conhecimento?

Material e Métodos

O principal material para a pesquisa foi a obra do autor, e os procedimentos metodológicos se pautaram no levantamento biográfico e bibliográfico sobre o autor; para se conhecer melhor seu lugar de fala. Em seguida, elaborou-se um levantamento de autores que escreveram sobre a região para compreender o contexto histórico no qual ele viveu. Concomitantemente, procedeu-se a investigações por meio de jornais e artigos, inteirando-se da produção sobre o autor e a crítica à sua obra. O intuito foi conhecer sua obra, conhecer a história da região à qual ele pertencia – e que era cenário para seus romances – e familiarizar com a fundamentação teórica sobre os



estudos que valorizam a relação da história com a literatura e a vê como profícua. Nesse sentido, o procedimento seguinte foi o de catalogar e ler sua obra, buscando na ficção elementos que correspondiam, de certo modo, a aspectos históricos relacionados em seus romances.

Resultados e Discussão

Os referenciais teóricos sobre esse campo de estudo já são significativos e têm mostrado que as duas áreas do conhecimento vêm se beneficiando com o diálogo travado entre elas. Buscou-se, nesta investigação, tecer algumas reflexões acerca da relação entre a história, enquanto disciplina e processo social, e a literatura, enquanto uma expressão artística que possui historicidade, e como uma importante fonte para a produção do conhecimento histórico.

Pesavento (1999), discute a relação entre a história e a literatura, mostrando que tanto é possível encontrar uma espécie ficção controlada no texto histórico quanto uma verdade ou forma de aproximação com o real no texto literário. Assim, a autora mostra que a questão da veracidade e ficcionalidade do texto histórico presentes na contemporaneidade faz dialogar a história e a literatura num processo que dilui e abre portas para a interdisciplinaridade. Em outra análise sobre a mesma temática, Pesavento (2003, p. 32), afirma que, “Trata-se, pois, de partir das aproximações e distanciamentos que se estabelecem entre os domínios de Clio e Caliope que, como musas, criam aquilo que cantam, tal como nos ensina a mitologia antiga (PESAVENTO, 2003, p.32). Ela ressalta que enquanto a tarefa do historiador é controlada pelos vestígios que chegam até o presente – pois ele não cria vestígios do passado (no sentido de invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui sentido, conferindo-lhes estatuto de fonte – o literato se cerca de garantias do real, de elementos de veracidade para dar autenticidade ao seu texto, apelando tanto para



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



crônicas quanto para obras de caráter histórico.

Considerações Finais

Além de escritor, Brasiliense exerceu a profissão de professor e jornalista, foi presidente da União Brasileira de Escritores (UBE), seção Goiás, presidente da Academia Goiana de Letras e integrou a Academia Tocantinense de Letras. Ressalta-se que embora o autor tenha nascido e vivido parte de sua vida no antigo norte de Goiás (hoje Tocantins) e conhecesse muito bem toda a região norte – com mais profundidade as cidades de Porto Nacional (TO) e Pedro Afonso (TO), mudou-se para Goiânia, onde viveu até a morte, em 1998. Como destacado acima, Brasiliense deixou significativa obra. Em seus primeiros romances, é possível perceber que a ficção está entrelaçada com aspectos de sua vivência no Tocantins; e *Chão Vermelho*, já é um romance no qual o autor tem como pano de fundo eventos que retratam os primeiros tempos da nova capital, Goiânia (GO), da qual o autor também conheceu muito bem e soube representá-la na ficção por meio da elaboração de uma narrativa em que História e ficção se misturam.

O estudo mostrou ainda que a obra de Eli Brasiliense pode e deve ser suporte para a construção do conhecimento histórico. Desse modo, na medida em que o historiador entra em contato com a obra literária, absorve suas possibilidades enquanto fonte histórica e pode acessar e reconstruir as sensibilidades de outrora. Nesse ofício, é importante ressaltar que as possibilidades não estão livres de regras metodológicas, mas se fundamentam e estão embasadas em propostas que refletem e permitem aproximações e distanciamentos entre a literatura e a história. Concordamos com Sandra Jatay Pesavento (2003), que quando o historiador estiver em busca de captar representações, sensibilidades, valores e sentimentos de uma época, a literatura torna-se uma fonte privilegiada.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

À Pró-reitora de Pós-Graduação pelo incentivo ao desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Nelly Alves. Opiniões Críticas sobre Chão Vermelho. In: BRASILIENSE, Eli. **Chão Vermelho**. 3ª edição. Goiânia. Instituto Goiano do Livro, 2002.

BRASILIENSE, Eli. **Pium: nos garimpos de Goiás**. Goiânia: Editora Cultura, 1987.

BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

BRASILIENSE, Eli. **Chão Vermelho**. São Paulo: Estação Liberdade, 2 ed., 1993.

BRASILIENSE, Eli. **O Perereca**. Goiânia: Editora P.D. Araújo Livraria e Editora, 1973.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: **Revista História da Educação**. Vol. 22 n. 14. Pelotas: Universidade de Pelotas, 2003, p. 31-45. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220/pdf>. Acesso em: 27/10/2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VARGAS LLOSA, Mário. **A Verdade das Mentiras**. Tradução: Cordelia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1995. In: **Anais do XX Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 1999.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



GESTÃO EDUCACIONAL PARA ESPAÇO ESPORTIVO: UMA ANÁLISE NO DESPORTIVO REAL FUTEBOL CLUBE

Gabriela Cristina Gomes do Carmo (IC) ¹, Andréa Kochhann Machado (PQ) ²

Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Oeste, sede São Luís de Montes Belos

Resumo: O presente trabalho integra-se no macroprojeto de pesquisa “FORMAÇÃO DOCENTE E TRABALHO PEDAGÓGICO: O PAR DIALÉTICO NO VIÉS DA PRÁXIS CRÍTICO EMANCIPADORA” coordenado pela Profa. Dra. Andréa Kochhann Machado, ao qual a acadêmica Gabriela Cristina Gomes do Carmo participou, iniciado em 2020 e finalizado no corrente ano de 2022, que resultou no projeto de extensão vinculada ao GEFOP (Grupo de Estudo em Formação de Professores e Interdisciplinaridade) no time Desportivo Real de Abadia de Goiás GO. Os acompanhamentos dos 6 eixos são ofertados a 20 atletas do time e iniciaram-se em abril de 2021, sendo essas feitas, por acadêmicas tanto da Universidade Estadual de Goiás, quanto da Universidade Federal de Goiás e cada eixo é monitorado por uma Professora da Universidade ou profissional com especialização na área correspondente. As atividades são elaboradas pelas acadêmicas extensionistas que compõe o projeto, juntamente com o monitor. Os acompanhamentos são feitos com a ajuda da equipe técnica do Desportivo Real, Tales e Poliana por intermédio da Profa. Dr. Andréa Kochhann Machado e a acadêmica Gabriela Cristina Gomes do Carmo, que efetuam a gestão do projeto.

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, câmpus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagoga (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOP.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Palavras-chave: Desportivo Real. Eixos. Gestão. Acompanhamento.

Introdução

O Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade - GEFOPi é um projeto de extensão e pesquisa que visa contribuir na formação de acadêmicos. Atuando com pesquisa, ensino, produção acadêmica e ações extensionistas. O grupo conta com a participação de vários acadêmicos e docentes de diferentes áreas e instituições, oportunizando diálogos e produções possíveis. O GEFOPi é registrado como um projeto de extensão na Universidade Estadual de Goiás. O GEFOPi foi criado em 2006, vinculado ao curso de Pedagogia da UEG Câmpus oeste, sede São Luís de Montes Belos da Universidade Estadual de Goiás, idealizado e coordenado desde então, pela Profa. Dr. Andréa Kochhann e foi se constituindo pela indissociabilidade e se estruturando de forma orgânica, processual e sistemática na finalidade de contribuir para a formação dos acadêmicos e transformação social.

No ano de 2020 o GEFOPi ressignificou suas ações atendendo os tempos remotos. Em 2022 encontra-se contemplando acadêmicos, egressos e docentes de vários cursos tanto da UEG quanto de outras IES, bem como comunidade em geral de várias cidades do Estado de Goiás e também de outros estados e países, pela rede de pesquisadores. A Profa. Andréa Kochhann é a coordenadora geral do

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, câmpus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagoga (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOPi.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



GEFOPI e conta com vários professores como coordenação de área. Cada projeto ou cada área tem um professor coordenador e um grupo de acadêmicos.

Um dos projetos é o Gestão Educacional para Espaço Esportivo, que foi idealizado pela Prof. Dra. Andréa Kochhann, após solicitação de Tales Kanu Tales Ricarte dos Santos, presidente do Desportivo Real Futebol Clube, em 2020. Após várias reuniões, presenciais e online, foi surgindo a possibilidade de elaboração de atividades que atendessem os 60 atletas do time. Considerando a pandemia, as atividades foram pensadas inicialmente para atender os 17 adolescentes, de 11 a 17 anos, que moram no alojamento do Desportivo Real, que fica na cidade de Abadia de Goiás-GO, que vieram dos estados do Tocantins, Pará e Maranhão, tentar a sorte como jogador.

Material e Métodos

O projeto Gestão Educacional para Espaço Esportivo, enquanto uma das atividades do GEFOPI, se apresenta como um programa ou projeto integrado, devido sua amplitude de atividades. As atividades foram elaboradas inicialmente pela coordenadora geral do projeto a partir de observação na dinâmica do alojamento, conversas com Poliana, responsável pela casa do alojamento e os técnicos do time, bem como, conversas constantes com Tales Kanu, sendo possível eleger

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, campus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagoga (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOPI.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



inicialmente, quatro eixos de atividades para serem realizadas com os atletas: 1. Pedagógico e Lúdico, 2. Psicológica, 3. Psicopedagógico e 4. Línguas-Inlgês. Posteriormente, foram acrescentados os eixos 5. Educação Financeira e 6. Fisiologia do Exercício.

Devido ao cenário pandêmico do ano que iniciou o projeto, as ações dos eixos foram efetuadas via MEET e via WhatsApp. Assim, os acompanhamentos permaneceram na mesma dinâmica na atualidade, devido a dificuldade de descolamentos dos acadêmicos responsáveis pelos acompanhamentos. Sendo, realizadas visitas presenciais ao time periodicamente.

Os encontros de cada eixo são realizados semanalmente. Os link de acesso ao MEET são enviados no grupo do respectivo eixo, bem como, as atividades a serem realizadas e discussões dos encontros.

Cada eixo é composto por um monitor e por acadêmicos extensionistas, tanto da Universidade Estadual de Goiás, quanto da Universidade Federal de Goiás. As atividades são elaboras pelos acadêmicos com auxílio do monitor e efetuadas semanalmente.

Atualmente, inúmeros jovens amparam-se nos esportes, principalmente no futebol em busca de seus sonhos e de melhores condições de vida. No entanto, para alcançar esse sonho, os atletas deixam suas casas, famílias e amigos para morar em um alojamento. Contudo, os atletas que moram em alojamentos, distanciados de suas famílias, necessitam do apoio para realização das atividades diárias, de acompanhamento psicológico, de acompanhamento das atividades escolares, etc.

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, campus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagogia (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOPi.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



A finalidade das atividades realizadas por cada eixo é auxiliar na vida profissional, emocional e educacional desses atletas. Entendendo que, estes encontram-se distantes do seu núcleo familiar.

Consequentemente, as escolinhas de futebol e times que recrutam crianças e jovens, assim como o Desportivo Real, tem ofertado acompanhamento pedagógico, psicológico, entre outros, ponderando na orientação individual, nas atividades escolares, bem como, na construção de atletas cidadãos críticos, conscientes e não apenas “máquinas”.

Assim, o aprendizado no cenário esportivo não é singular ao desenvolvimento integral do indivíduo, pois, está unificado aos conceitos de saúde, aquisição de hábitos, solidariedade e cooperação.

além do desenvolvimento e aprendizado da modalidade esportiva em questão, a promoção da saúde e da condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras (ampliando-se o repertório motor), e o entendimento do esporte como um fator cultural (humano), estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados. (SCAGLIA, 1996, p. 36)

Portanto, o projeto foi pensado e articulado para atender as necessidades desses atletas dentro da realidade em que se encontram, considerando as demandas socioeconômicas, emocionais, escolares e o seu desenvolvimento integral como atleta e indivíduo incorporado à sociedade.

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, campus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagoga (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOPI.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

O projeto gerou bons resultados, tanto no âmbito acadêmico, quanto com os atletas e familiares. Assim, foram publicados artigos e resumos decorrentes das observações e atividades realizadas no time, bem como, propiciou estímulos para que as famílias dos atletas sentissem seguras em relação ao acompanhamento realizado no time Desportivo Real Futebol Clube.

Igualmente, foi implementado a gestão do projeto. Devido a amplitude das atividades do projeto, foi ponderado pela coordenadora geral Profa. Dr. Andréa Kochhann, a necessidade da gestão do projeto. Entendendo que, os eixos e o projeto em geral requer constante aperfeiçoamento e alterações. Principalmente, por ser um atendimento de atletas de diferentes idades, lugares e necessidades.

Bem como, a medida em que o projeto progredia, os acadêmicos extensionista verificavam determinados ajustes e a equipe técnica solicitava alguma alteração que necessitava de uma equipe de gestão que estabelecer-se implementação que objetivasse a qualidade dos acompanhamentos do projeto.

Assim, é realizado a verificação da regularidade dos acompanhamentos, da presença e participação dos atletas; ampliações favoráveis ao projeto; divulgação do projeto na universidade e nas redes sociais; dentre outros ajustes cabíveis a gestão.

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, campus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagoga (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOP.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Considerações Finais

Em síntese, o projeto Gestão Educacional para Espaço Esportivo foi idealizado em 2021, com intuito de contribuir na vida e na formação dos atletas do time Desportivo Real Futebol Clube. Na atualidade o projeto tem-se progredido, tanto no aperfeiçoamento dos acompanhamentos realizados, quanto na implementação de novos eixos. Igualmente, o projeto dispõe mais de 20 integrantes e colaboradores e oferece acompanhamento a aproximadamente 25 atletas e suas famílias.

Agradecimentos

Agrademos primeiramente ao time Desportivo Real e sua equipe por acolher o projeto e nos auxiliar em sua efetivação, igualmente, aos alunos que compõem o projeto. Agradecemos também a Universidade Estadual de Goiás pela bolsa concedida para o desenvolvimento das atividades do projeto Gestão Educacional para Espaço Esportivo.

¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, campus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagoga (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOP.



¹gabrielacristinagomes13@gmail.com - Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (UEG, campus Oeste). Bolsista Extensão.

²andreakochhann@yahoo.com.br - Doutora em Educação (UnB), Mestre em Educação (PUC GO), Pedagogia (UEG), Docente do PPGET (UEG). Coordenadora do GEFOPI.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

SCAGLIA, Alcides José. ESCOLINHA DE FUTEBOL: UMA QUESTÃO PEDAGÓGICA. **MOTRIZ** Volume 2, Número 1, Junho/1996.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Grupos vulneráveis/minoritários e ações inclusivas no Município de Uruaçu – Goiás

Valdilene Campos Xavier Souza (IC)^{*1}, Arleandro Silva dos Santos (IC)², Isabella Christina da Mota Bolfarini (PQ)³, Jordana Fernandes de Castro (PQ)⁴ e Claudia Regina V. Bertoso Leite (PQ)⁵

UEG – Universidade Estadual de Goiás Câmpus Norte – Rua 607, N. 42, Setor Sul I – Uruaçu – Goiás. CEP 76400-000.

Resumo: O presente resmo visou buscar boas ações destinadas a grupos vulneráveis e/ou minoritários no município de Uruaçu. Conceitos de políticas públicas para a implementação e acompanhamento para que esses grupos sejam incluídos em diversos espaços, como o mercado de trabalho, ensino, qualificação profissional. Tem-se por grupo de vulneráveis mulheres, crianças e adolescentes, idosos, população em situação de rua, pessoas com deficiências ou sofrimento mental e comunidade

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte. E-mail: valdilenecamposxaviersouza@gmail.com.

² Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte.

³ Pós-doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito Comparado pela Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica); Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Louvain la Neuve (Bélgica); Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Católica do Uruguai; Graduada em Direito pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha. Docente e Coordenadora Pedagógica no Campus Norte – Sede Uruaçu, da Universidade Estadual de Goiás, docente convidada na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e na Escola de Governo de Goiás.

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2010), MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2011) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (2013). É professora efetiva na Universidade Estadual de Goiás, desde 2016. Pesquisadora da temática de deslocamentos compulsórios de pessoas atingidas por grandes projetos de desenvolvimento, com ênfase em barragens.

⁵ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (2001), Especialização Lato-Sensu em Orientação Educacional (2004), Psicopedagogia (2005) e Educação e Tecnologias (2007), Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2014) e Doutora em Educação pelo programa Dinter - PUC Goiás/Fasem Uruaçu. Professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás - UEG Uruaçu - Curso de Pedagogia. Atualmente lecionamos com o Estágio Supervisionado, Didática e Prática de Ensino e pesquisamos com os temas online: Educação, Sociedade e Cultura com foco na educação infantil, ensino fundamental e processos educativos na cultura digital.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



LGBTQIAP+. Na Constituição da República federativa do Brasil de 1988, considerada uma constituição mais humana dentre as 8 constituições brasileiras, sendo dirigente-programática-compromissória, ao instituir um estado democrático de direito, destinou-se assegurar direitos e garantias individuais, bem como valores supremos como justiça social, cidadania, dignidade da pessoa humana. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa empírica, cujo método foi bibliografia complementado com análise teórica e documental atrelado a pesquisa de campo. Pode-se constatar que o município dispõe de boas práticas para realiza essa inclusão, entretanto, ainda há uma lacuna a ser preenchida para que tal efetivação seja por completa.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Políticas Públicas. Dignidade humana.

Introdução

Pontes para o conhecimento surgiu mediante reflexões da sociedade civil, da necessidade de ter um projeto que crie e implemente o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos e Plano Estratégico de Educação em Direitos Humanos na busca pela emancipação e autonomia do sujeito. Dessa forma houve um recorte para tratar apenas de grupos vulneráveis neste trabalho.

Tem por grupo de vulneráveis (CARMO, 2016) pessoas classificadas em seis categorias, sendo: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, população em situação de rua, pessoas com deficiências ou sofrimento mental e comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Queers, Intersexo, Assesual e Pansexual+). Além desses grupos vulneráveis acima identificados, existem outros grupos na sociedade classificados como minorias. Estes são constituídos por pessoas que se encontra em uma posição não dominante no estado e que possuem características religiosas étnicas e linguísticas próprias, que os diferenciam da maioria da população, por exemplo indígenas, remanescente de quilombolas, ciganos.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Na Constituição da República federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), considerada uma constituição dirigente-programática-compromissória, ao instituir um estado democrático de direito, destinou-se assegurar direitos e garantias individuais, bem como valores supremos como justiça social, cidadania, dignidade da pessoa humana, igualdade, Liberdade, visando atender os anseios da sociedade contemporânea.

Além disso, nesta pesquisa também deve ser levado em consideração o conceito de políticas públicas trazidas por Bucci (2006, p. 39), que aponta como principal objeto a formação do direito que institui a política pública em uma forma dinâmica, ativa, viva:

[...] o programa de ação governamental que resulta de um conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Nesta perspectiva, as políticas públicas podem ser consideradas ações governamentais e processos juridicamente regulados, dinâmicos, com finalidades relevantes para a sociedade em geral. Por se tratar boas práticas para a inserção e permanência de grupos vulneráveis/minorias na sociedade contemporânea.

Material e Métodos

Este resumo é resultado parcial do macro-projeto de extensão da Universidade Estadual de Goiás, intitulado como “Pontes para o Conhecimento”. O macro-projeto, visa o enfrentamento da pobreza, da violência e do racismo estrutural e para o fomento de uma educação de qualidade e para a formação em Direitos Humanos dos agentes públicos municipais. Ele é constituído no âmbito da Universidade Estadual



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



de Goiás-Campus Uruaçu como estratégia de aproximação e estreitamento de laços entre a universidade e a comunidade local, como maneira de contribuir com a sociedade.

O nosso recorte, nesse caso o subprojeto Grupos vulneráveis/minoritários visam elaborar ações e diretrizes especificamente àqueles que sofrem tanto material, social, como psicologicamente os efeitos da exclusão, podendo ter como motivos de diversas ordens, como religiosos, saúde, orientação sexual ou identidade de gênero, etnia, cor de pele, incapacidade física ou mental, dentre outros.

Os critérios de observação adotados foram: boas práticas voltadas Às comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas. Comunidade civil atrelado as mulheres, crianças e adolescentes. Juntamente com grupos vulneráveis como a comunidade LGBTQIAP+. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa empírica, cujo método foi bibliografia complementado com análise teórica e documental atrelado a pesquisa de campo.

Resultados e Discussão

Através das buscas pelo método teórico de entrevista, observou-se que o município de Uruaçu há projetos e boas práticas para determinados grupos, evidenciando o princípio constitucional que versa sobre a dignidade da pessoa humana. Durante o levantamento dos dados, como supracitado, realizou-se um recorte de boas ações destinadas a quilombolas, indígenas, mulheres, mulheres gestantes, e para crianças/jovens juntamente as pessoas LGBTQIAP+.

BOAS PRÁTICAS NO MUNICÍPIO DE URUAÇU

VOLTADO AOS QUILOMBOLAS E REMANECESTES DE QUILOMBOLAS



AÇÕES	PRECEITOS LEGAIS
- No ano de 2016, foi feito uma parceria com o governo federal com recurso do fundo de desenvolvimento social (FDS) juntamente com a prefeitura municipal de Uruaçu, que beneficiou 112 famílias com o programa mais moradia. - Cesta básicas mensalmente. - Oficina de artesanatos, lojas para os artesanatos serem comercializados. - Tarifa social de energia elétrica. - Superintendência de Igualdade Racial.	CRFB/88 – Artigo 216 constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial.
	Lei número 12.228, 20 de Julho de 2010 instituiu o estatuto da igualdade racial.
	Lei 10.678, de 23 de maio 2003 cria a secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial da presidência da república e da outras providências.
VOLTADO ÀS MULHERES	
- Implantação da Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres (DEAM). - Plataforma MULHER SEGURA - CEAM?	Lei Maria da Penha – 11.340/06
	Art. 226 da Constituição, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
VOLTADO ÀS MULHERES GESTANTES	
- Projeto mãe que cuida: Um projeto social que possibilita inúmeros benefícios a gestantes de Uruaçu – Goiás. Durante as oficinas, as próprias integrantes do projeto confeccionarão kit de maternidade composto pelos enxovais que serão destinados aos recém-nascidos.	CRFB/88 – Art. 5º
	CRFB/88 – Art. 6º
VOLTADO AS CRIÇAS E ADOLESCENTES	



- | | |
|--|---------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">- Oficinas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. |
| <ul style="list-style-type: none">- Oficinas de cursos: aulas com instrumentos musicais, Informática e esportes | CRFB/88 – Art. 6º |

Dessa forma observamos que há políticas públicas voltadas a parte dos grupos recortados nessa pesquisa, entretanto, não ôde constatar ações voltadas aos povos tradicionais indígenas e as pessoas LGBTQIAP+. Ora por não implementação, ora por resistência em entregar os dados por parte dos órgãos entrevistados.

Considerações Finais

Visou-se analisar as boas práticas que o município de Uruaçu dispões aos seus munícipes, como o conceito trazido por Bucci (2006), as políticas públicas além de criadas devem ser implementadas e acompanhadas, para assim verificar sua real efetivação na sociedade e se possível verificar se os déficits foram sanados de forma sólida.

Pelo bem-estar social, os direitos basilares constitucionais auxiliam na promoção da dignidade humana, pirncípios esses sendo os sociais, fudamentais. Os preceitos legais abordados nos resultados podem propiciar maior dignidade as pessoas baixa-renda de nosso país, nesse ato, da nossa região. Onde se faz tão presente as formas correlatas de desigualdade. A qualificação profissiona se faz de suma importância.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

A Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte. A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Referências

BUCCI, Maria Paula. O conceito de políticas públicas em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, pp. 1-49.

CARMO, Cláudio Márcio dos. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]. 2016, n. 64 [Acessado 5 Outubro 2022], pp. 201-203. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223>>. ISSN 2316-901X. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223>.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



ÁGUAS DE SÃO JOÃO E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO: FÉ, MILAGRES E TURISMO

Marlon Teixeira de Faria^{1*} (PG) marlon.hist.inf@gmail.com, Luana Nunes Martins de Lima² (PQ)

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (Mestrado Profissional), Campus Cora Coralina, Avenida Dr. Deusdeth Ferreira de Moura, Centro, CEP 76600-000, Goiás GO.

² Universidade Estadual de Goiás, Campus Itapuranga. Avenida Rio Araguaia Esq. C/ Rio Paranaíba S/N Miltom Camilo de Faria 76680000 - Itapuranga, GO – Brasil; Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (Mestrado Profissional), Campus Cora Coralina, Avenida Dr. Deusdeth Ferreira de Moura, Centro, CEP 76600-000, Goiás-GO.

Resumo: A análise proposta nessa pesquisa é parte de um recorte do relatório final do programa de mestrado, nesse sentido optou-se por uma abordagem que considere explorar, principalmente a dimensão simbólica do distrito de Águas de São João, dando ênfase a construção do imaginário local que se mostra forte e duradouro, pensando a relação desenvolvida da população com as águas sulfurosas e as decorrentes histórias de milagres. Para isso, parte-se das análises de Pesavento (1993), Gomes (2013), Corrêa (2013), entre outros, considerando relações simbólicas que decorrem de bens estruturados e organizados pelos integrantes da sociedade. As minas de águas sulfurosas que podem ser encontradas no distrito não representam apenas um bem de importância natural ao local, vai além, uma vez que historicamente a existência do local, bem como sua maior popularização, decorre do conhecimento das propriedades curativas e medicinais das águas. Essa pesquisa considera os bens naturais, seus usos, a relação da população com eles e como, ao longo do tempo, fora desenvolvendo um sentimento de pertencimento local que promove uma constituição identitária, que vem a caracterizar um distrito marcado pela fé cristã, expressa, por exemplo, em suas festividades coexistindo com práticas que fogem ao domínio do sagrado, reflexão bem explorada em Eliade (2016).

Palavras-chave: Águas sulfurosas. Imaginário. Narrativas.



Introdução

O distrito em questão é Águas de São João, pertencente ao município de Goiás, de onde fica afastado cerca de 70km. Neste local se desenvolve a pesquisa de mestrado, em andamento, que culminará com o relatório final e a realização/construção de um produto (site e/ou vídeos documentários). Neste texto foi realizado um recorte, de uma das abordagens desenvolvidas, sobre a construção do imaginário local no que se relaciona com as águas sulfurosas, um dos bens locais.

Suas águas não são usadas apenas para uso diário. Cotidiana e historicamente, seus usos são colocados numa perspectiva central do distrito de forma que a população, se refere a elas num grau de importância central ao local, sendo elas exploradas em usos medicinais e, também, na fé.

Esta pesquisa conta com uma análise que contempla da materialidade à imaterialidade, os bens dispostos no distrito e as formas em que se encontram organizados. Entende-se, por meio das análises de Corrêa (2013) e Gomes (2013) que um determinado lugar não deve ser visto abstraído de sentidos. Por serem produzidos mediante a intenção humana, eles visam transmitir um sentido para quem os vê.

Refletir sobre a construção do imaginário vem como uma tarefa de grande importância, pois permitirá compreender uma relação entre distrito, população, a forma que interagem com seus bens e o simbolismo que ali fora criado. Esse entendimento leva a reflexão sobre as relações de pertencimento que foram desenvolvidas, o que reflete sobre a dimensão identitária local.

Material e Métodos



Esta pesquisa se constrói por meio de algumas etapas: Revisão bibliográfica. Um levantamento de pesquisas sobre temas como águas, milagres, simbolismo religioso, festas e imaginário é feita e aproximada, quando preciso. Pesquisa de campo, entrevistas.

Explora-se a dimensão histórica, o simbolismo que ali fora criado sobre os usos das águas sulfurosas (considerando sua dimensão medicinal e milagrosa). Conta-se com análises de imagens e são utilizados autores que trabalham com reflexões sobre a intencionalidade da produção de um bem e a disposição do lugar.

Resultados e Discussão

O distrito de Águas de São João, mediante análise da bibliografia levantada encontra-se historicamente vinculado às suas águas sulfurosas, Oliveira (2003), Dantas (2014) e Monteiro *et al* (2016). Este elemento encontra-se marcado por um conjunto de memórias que são conservadas pelos moradores locais e que se tornam as bases das narrativas apresentadas às gerações futuras, bem como aos turistas que por ali passam.

O local é marcado pela busca do milagre, esse podendo ser encontrado nas águas sulfurosas. Tal fato faz com que essa seja apresentada em uma das edições da Revista Informação Goyanna, do Rio de Janeiro, nos anos de 1934. Ocasão em que foi apresentada como local onde se encontram águas com propriedades milagrosas, que poderiam auxiliar no tratamento de algumas enfermidades. Ao longo das análises a pesquisa compreende que notícias como essas, potencializadas pela mídia, podem ser pensadas como um dos passos que promovem a criação de um imaginário local. E esse, segundo Pesavento (1993), mantém-se forte por meio da efetividade de uma ideia na vivência de um dado grupo.



Refletir sobre a construção do imaginário local, possibilitado após pesquisa de campo e bibliográfica, permite um mergulhar sobre os elementos de que dispõe do distrito – tais como as águas sulfurosas e a presença tradicional da festa religiosa, Festa em louvor a São João Batista – entender a forma como a população se relaciona com eles e como podem/puderam alterar as práticas de socialização e saberes locais.

Lidar com reflexões sobre o imaginário faz com que a pesquisa siga uma parte sensível do distrito aproximando as análises sobre a identidade, memória, bem como as ponderações realizadas por Denis Cosgrove, Carl Sauer, Paul Claval, Roberto Lobato Corrêa e Paulo Cesar da Costa Gomes, autores que problematizam questões que passam por análise de paisagem, a composição de um determinado local com a disposição de seus bens e as percepções que um determinado lugar pode promover para quem o observa.

Considerações Finais

Esta pesquisa tem como um de seus objetivos pensar o distrito de Águas de São João em sua dimensão identitária, analisar as narrativas, memórias e a construção do imaginário local. Empenhar nessa tarefa fez – e faz nesse momento de desenvolvimento – com que a pesquisa siga explorando e aprofundando na dimensão simbólica e sensível do distrito.

Essa reflexão aproxima a pesquisa de uma percepção do sentimento de pertencimento, referente aos que vivem no local e/ou o que deixaram de viver. A dedicação nessa pesquisa permite que a dimensão patrimonial seja pensada e questionada. Mesmo não se tratando de um lugar com bens tombados refletir sobre a dimensão de práticas, saberes e pertencimento permite às discussões patrimoniais ampliar a abordagem e visão da pesquisa.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

A toda a coordenação e professores do PROMEP da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina. Aos colegas e em especial, a Orientadora Professora Luana Martins Nunes de Lima.

Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento, política e espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia 2**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- DANTAS, Dallys. **O distrito de São João, município de Goiás-GO: Formação e dinâmica territorial**. Monografia de graduação. Curso de Graduação em Geografia, Institutos de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.
- ELIADE, Micea. O sagrado e o Profano: a essência das religiões. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MONTEIRO, Ana Maria Antunes; NETO, João Damasio da Silva; NOVAIS, Kaito Campos de; GUIMARÃES, Luisa; SIGNATES, Luiz. **Águas de São João: da legitimação religiosa ao surgimento do mito**. Mídia e Desigualdade. Goiânia: PPGCOM/Gráfica da UFG, v. 1, p. 106-127, 2016.
- OLIVEIRA, Márcio Nunes. **Águas Sulfurosas em Águas de São João**. Monografia de graduação, Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaucha. 1993. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1617/1985>> Acessado em: 12 de julho de 2022.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Mara Rúbia Vieira ¹ (PQ)* Marianna Cristine Lima ² (IC)

1 * Endereço eletrônico: mara.vieira@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Sul – Unidade Universitária Pires do Rio.

Resumo:

Esse resumo apresenta o resultado parcial das atividades desenvolvidas no projeto de Extensão: Habilidades socioemocionais na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. O mesmo é desenvolvido desde maio de 2022 e tem por objetivo desenvolver estudos teórico-práticos voltados à formação de habilidades socioemocionais em crianças da educação infantil e anos iniciais do Ensino fundamental, fortalecendo ainda a formação inicial dos alunos do Curso de Pedagogia da UnU de Pires do Rio – GO, bem como a formação continuada dos professores da rede municipal de Pires do Rio e cidades circunvizinhas. Para tanto, foram realizados grupos de estudo, divididos por eixos de atuação, para o compartilhamento de propostas de práticas socioemocionais voltadas à consciência, adequação e autonomia emocional, além de reconhecimento das emoções alegria, raiva, tristeza e medo. O projeto encontra-se na etapa de elaboração de oficinas temáticas e aplicação das mesmas em escolas municipais. Os trabalhos contemplam ainda o planejamento e elaboração de guia didático para apoio aos docentes da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental com atividades para o desenvolvimento de inteligência emocional nas crianças.

Palavras-chave: Inteligência emocional. Oficinas. Formação docente.

Introdução

O presente resumo expandido é fruto da ação extensionista que está sendo desenvolvida desde maio de 2022 no contexto pós-pandemia e retorno às atividades escolares presenciais na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse contexto aponta para a necessidade de refletir sobre o processo de



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



recomposição das aprendizagens, por meio de adaptações curriculares e reformulação de práticas pedagógicas, devido ao acentuado déficit no desempenho das crianças no que se refere às habilidades cognitivas e em especial às habilidades socioemocionais. As mudanças exigem práticas educativas cada vez mais dinâmicas e coerentes com as demandas sociais. Por isso, é urgente e necessário que os paradigmas que sustentam a prática pedagógica se adequem ao novo estudante e à nova realidade em que vivemos. (ABED, 2014). Esses paradigmas apontam para a formação de sujeitos autônomos e com habilidades socioemocionais.

Nesse sentido, a formação docente tem um papel importante conforme (MACHADO, 2019) para ampliar os conhecimentos para o trabalho concreto e as ações extensionistas podem favorecer essa formação.

Dessa maneira o projeto apresenta-se como meio de contribuir para a formação docente pela epistemologia das práxis, ajudando o acadêmico a articular ensino, pesquisa e extensão.

Material e Métodos

O projeto está sendo desenvolvido a partir dos seguintes métodos: levantamento bibliográfico; elaboração de questionários para melhor compreensão da temática no universo escolar junto a docentes; Realização de reuniões para planejamento das oficinas; Elaboração coletiva de oficinas a serem aplicadas na escola; Aplicação orientada das oficinas elaboradas; Registro das atividades desenvolvidas; análise dos resultados alcançados.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

A necessária articulação ensino e Extensão Universitária tem se mostrado um caminho em potencial para a formação de docentes. A ação extensionista que está sendo desenvolvida nesse sentido tem oferecido benefícios tanto aos acadêmicos do Curso quanto às escolas da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, os processos formativos tem sido enriquecidos por meio de estudos e ações na direção das habilidades socioemocionais, que respondem às exigências da prática educativa e ao mesmo tempo aproximam a formação docente da realidade escolar. A esse respeito (MACHADO, 2019 p.318) destaca que as atividades de extensão apresentam “estreita ligação com ensino, seja pela relação teoria e prática na escola, seja pela vinculação com as disciplinas no curso, com a pesquisa, a ainterdisciplinaridade e a produção acadêmica”.

Nessa aproximação com o ensino ressalta-se a oficina com o tema: Falando sobre as emoções, aplicada na Escola Lino Sampaio da cidade de Pires do Rio – GO, no dia 15 de agosto de 2022. A oficina foi elaborada no coletivo do grupo de extensão, por meio de vários encontros e o processo de reflexão, ação, reflexão, e mobilizou os alunos do turno matutino (crianças de 6 a 12 anos), já que a Diretora da Unidade Escolar solicitou a aplicação com todos os alunos do referido turno. A metodologia da oficina foi a leitura de imagens, técnica de relaxamento, contação de história, diálogo teatral, uso de metáforas e apresentação musical. Observou-se envolvimento das crianças, participação na roda de conversa conduzida, atenção prestada nas apresentações e interação com as acadêmicas.

É importante destacar que o projeto conta hoje com 18 acadêmicos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



voluntários e uma bolsista permanência. Antes da oficina ser apresentada na escola, foram apresentados recursos e propostas no grupo de habilidades socioemocionais. Nessa ocasião houve uma participação efetiva dos acadêmicos no sentido de apreciação estética, planejamento e reflexões sobre a intencionalidade da ação.

Estão ainda em desenvolvimento cinco oficinas a serem elaboradas e aplicadas em escolas do município de Pires do Rio - GO, com as temáticas medo, raiva, alegria e tristeza. Além disso, duas voluntárias do grupo de extensão habilidades socioemocionais estão desenvolvendo uma pesquisa acadêmica na direção das competências socioemocionais e trarão contribuições aos estudos e práticas futuras a serem planejadas.

Considerações Finais

A ação extensionista até o momento desenvolvida evidenciou a necessidade de aumentar a participação de acadêmicos em projetos de extensão e a produção acadêmica sobre a inteligência emocional e as habilidades socioemocionais no Curso de Pedagogia. A compreensão das emoções e sentimentos de si próprio e de outros indivíduos desempenha um papel essencial na qualidade das relações interpessoais e no bem estar pessoal e relaciona-se como preditor de adaptação social e acadêmica Segundo Bonfante (2019). Por isso, considera-se importante a atenção em programas de promoção e prevenção de saúde emocional no contexto escolar e no contexto da formação docente.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

A todos os colaboradores da ação extensionista como a Escola Municipal Lino Sampaio pela aceitação e parceria, bem como disponibilidade para o desenvolvimento da atividade extensionista e a UEG – Câmpus Pires do Rio-GO.

Referências

Seguir as normas vigentes da ABNT.

ABED, Anita. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

BONFANTE, Roseli. **Habilidades socioemocionais na escola: guia prático da Educação Infantil ao Ensino Fundamental**. Curitiba: Juruá, 2019.

MACHADO, Andrea Kochhann. **Formação Docente e Extensão Universitária: tessituras entre concepções, sentidos e construções**. Tese (Doutorado – Doutorado em Educação – Universidade de Brasília, 2019).

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Inclusão Digital de Alunos da Educação de Jovens e Adultos: Uma Possibilidade Durante o Curso de Pedagogia

Ana Carolinne Martins Silva dos Santos* (IC)¹, Gislene Lisboa de Oliveira (PQ)²

¹ Estudante do Curso de Pedagogia UEG - Santo Antônio do Descoberto, bolsista do PIBIC. E-mail: carolhtam@gmail.com.

² Coordenadora do PIBIC. Doutora em Educação (PUC - GO). Docente da Universidade Estadual de Goiás

Resumo: O presente artigo trata-se de um relato das ações pedagógicas realizadas por discentes do curso de Pedagogia durante o Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás, com alunos do primeiro e segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos de Brasília-DF. As atividades estão atreladas à importância do Ensino, Pesquisa e Extensão, tidos como essenciais para a formação plena dos estudantes de graduação, e para além das questões de formação, retratam pontos relevantes acerca do problema social relacionado à exclusão digital dos alunos da EJA. As ações realizadas partem inicialmente de um trabalho investigativo sobre a realidade educacional dos alunos e sobre seus conhecimentos e percepções em relação às tecnologias digitais, posteriormente foram exercitadas a parte prática dos conhecimentos adquiridos durante as atividades de ensino e pesquisa, retornando-os aos alunos em forma de oficinas. O projeto oportunizou o resgate da importância da alfabetização digital para alunos da EJA, dando-lhes a possibilidade real de uma inserção social na era digital.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Inclusão Digital. Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

O parecer CNE/CP 9/2001 estabelece nos princípios orientadores para a reforma na formação inicial, a pesquisa como elemento essencial nos processos de formação docente. O Documento dá ênfase à pesquisa como um importante instrumento para análise dos contextos educacionais e para compreensão do perfil do aluno em sua diversidade. Atendendo ao disposto da referida normativa, os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científicas (PIBIC) assumem um papel fundamental de concretização e a fortificação da função social para promoção de ações extensionistas. Tais ações devem produzir resultados que contribuam para o desenvolvimento da sociedade através da investigação, pesquisa-ação, artigos e



relatórios científicos (MELO; LYRA, 2020).

Considerando tal narrativa, constatou-se a necessidade da construção de um projeto educacional voltado para as demandas contemporâneas; dessa forma, o projeto de Inclusão Digital dos Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem de encontro ao propósito da pesquisa científica de construir conhecimentos a respeito de uma problemática de grande relevância para a sociedade atual.

São escassas as pesquisas científicas que versem sobre tecnologia e educação para a EJA, bem como pesquisas com temas relacionados à erradicação da exclusão digital desse grupo específico. Somado a isto, grande parte deste público apresenta dificuldades na utilização de ferramentas tecnológicas em sua prática social cotidiana, ora por não terem acesso, ora por não saberem lidar com as tecnologias digitais (SILVA; JÚNIOR, 2020).

Diante da necessidade de se buscar metodologias de ensino que pudessem ser eficientes para a inclusão digital dos alunos da EJA, constitui-se como objetivo principal do projeto proporcionar conhecimentos práticos acerca da utilização de dispositivos tecnológicos voltados à aprendizagem e, também, ao cotidiano dos alunos da EJA. Ao longo do artigo, serão apresentadas as análises dos resultados obtidos no decorrer no PIBIC, dando ênfase para as atividades realizadas durante as oficinas, e as contribuições para a inclusão digital e, consequentemente, social dos alunos participantes.

Materiais e Métodos

O presente artigo apresenta um relato das ações desenvolvidas na participação ativa da autora no projeto de inclusão digital de 21 alunos do primeiro e segundo segmento da EJA de uma escola de Samambaia-DF. O percurso metodológico se deu a partir de pesquisa bibliográfica, buscando materiais relevantes com temática relacionada aos programas de pesquisa e extensão, formação docente e contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Após a leitura e análise crítica dos materiais, articulou-se os resultados desta



pesquisa bibliográfica às demais atividades realizadas no Projeto.

As atividades iniciaram em janeiro de 2022 com um levantamento teórico do campo a ser pesquisado e definição da amostra para coleta dos dados. Dentre as diversas técnicas de pesquisa existentes, definimos a pesquisa de campo, que segundo Oliveira et al. (2016, p.4) "é uma técnica de pesquisa com larga utilização quando se trata de pesquisa no campo das ciências humanas". Em seguida, esquematizamos e estruturamos o instrumento para coleta de dados, um questionário com 26 questões, com o objetivo de coletar informações sobre o perfil dos alunos participantes, e também para proporcionar novas percepções acerca do problema social e subsidiar a elaboração de oficinas de inclusão digital para executar com a turma; para tanto, as perguntas foram divididas em dados gerais dos participantes, relacionados à rotina, e sobre a relação dos alunos com as tecnologias digitais.

Resultados e Discussão

A análise dos resultados encontrados evidenciaram a diversidade que uma turma da EJA pode apresentar, mesclando faixas etárias diferenciadas de sujeitos trabalhadores, desempregados ou aposentados, que de alguma maneira, foram excluídos do processo de escolarização na infância, e por este e outros fatores enfrentam barreiras ainda maiores para o sucesso escolar, inclusão digital e consequentemente, inclusão social.

A modalidade EJA foi tratada historicamente de forma compensatória nas políticas educacionais; sofreu e sofre influências de aspectos "econômicos, psicológicos, técnicos, culturais, éticos, políticos, institucionais, afetivos, estéticos" que circundam este perfil de alunado (PASSOS, 2002, p.1). Devido a estes e outros fatores, os processos educativos se transformaram para atender as especificidades deste campo da educação. Por sua especificidade, a EJA deve ser pensada de forma diferente das outras modalidades, pois o perfil de alunos que a integram possui peculiaridades distintas.



Para compreender o contexto atual da EJA é preciso, antes, entender a complexidade do processo de ensino-aprendizagem que constitui o seu eixo. Primeiramente, deparamo-nos com a combinação de muitos fatores que dizem respeito à formação deste perfil de aluno; em seguida, vivenciamos os problemas político-econômicos que estão enraizados no contexto escolar, e que se refletem em desafios para a prática pedagógica e no processo educativo.

Ainda que nos processos formativos da atualidade seja imprescindível a utilização de recursos tecnológicos, notou-se que o uso das tecnologias digitais por alunos e professores da EJA enfrenta grandes desafios para uma implementação efetiva. A escola carece de recursos tecnológicos, e grande parte dos alunos, apesar de possuírem celular, não o utilizam como uma ferramenta de aprendizagem, deixando seu uso restrito para ligações e trocas de mensagens.

Apesar dos alunos manifestarem desejo de aprender sobre como as ferramentas digitais podem colaborar para a aprendizagem, muitos se mostraram resistentes às mudanças, sem querer dispor de tempo para aprender sobre a funcionalidade dos recursos. Deste modo, as primeiras oficinas enfatizaram a importância de se estar incluído digitalmente na sociedade atual, apontando para uma nova forma de se estar inserido no ambiente social (SILVA et al., 2019).

Os conteúdos propostos para serem trabalhados nas oficinas versavam sobre a funcionalidade do celular e computadores, aplicativos e plataformas educacionais de atividades online, utilização das redes sociais para envio e recebimento de atividades, e ferramentas básicas do word, além do uso com segurança dos terminais eletrônicos bancários para saque, depósito e transferência. Ressalta-se que os procedimentos metodológicos, ainda que estivessem delineados, poderiam ser redefinidos conforme os alunos apresentassem maior dificuldade em algum conteúdo ou se direcionassem para outras demandas.

Em junho as oficinas foram voltadas para as principais transações bancárias e algumas funcionalidades do computador, contamos com a participação de funcionários do Banco do Brasil, que trouxeram informações importantes sobre



segurança bancária e disponibilizaram um simulador para treino do saque. Os alunos ficaram animados e aproveitaram o momento para sanarem dúvidas com os palestrantes.

Sobre o computador, apresentamos os seus componentes, ensinamos aos alunos como ligar e desligar, sobre como acessar o menu iniciar e noções introdutórias sobre o Word; os alunos treinaram a escrita do nome e algumas formatações para o texto. No mês de agosto, nos reunimos para avaliar os resultados apresentados até o momento e constatamos a necessidade de, a partir de então, direcionar as oficinas para o uso de aplicativos e plataformas educacionais de atividades online, utilizando o celular e computador como recurso digital nestas aulas.

Dessa forma, o grupo definiu o aplicativo Palma escola para ser trabalhado com o celular, e no computador as plataformas online de aprendizagem, os sites atividade.digital e learningapps.org. O Palma Escola é um programa de alfabetização pautado na tabela de diretrizes e competências do MEC que trata do 1º Ciclo de conteúdo da alfabetização; o aplicativo Palma Escola foi trabalhado em duas aulas: na primeira aula, apresentamos o aplicativo aos alunos, que também foram ensinados a baixá-lo em seus celulares; o aplicativo foi muito bem aceito e os alunos ficaram empolgados com a realização das atividades. Na segunda aula, os alunos realizaram algumas atividades do aplicativo, que foram divididas pelas alunas do programa conforme o nível de aprendizagem de cada aluno.

No mês de outubro trabalhou-se as atividades educacionais da plataforma online atividade.digital, os alunos foram ensinados sobre como acessar o navegador e inserir o endereço eletrônico. Na segunda aula fizeram algumas atividades da plataforma de acordo com o nível de aprendizagem de cada aluno. Os resultados foram promissores, com participação ativa dos alunos em todas as atividades. Alguns, inclusive, manifestaram que já conseguiram realizar algumas transações no caixa eletrônico de forma mais independente.



Considerações Finais

O avanço tecnológico tem remodelado os aspectos relacionados às relações humanas, trabalho, educação e comunicação resultando na necessidade constante de atualização dos conhecimentos (BRITO, 2013). Na era digital, as exigências da dinâmica social demonstram a importância de possuir fluência tecnológica para o pleno exercício da cidadania, no entanto, a impossibilidade da utilização das ferramentas tecnológicas e a falta de conhecimento acerca das tecnologias digitais, ainda tem privado um número expressivo de alunos da EJA, de trocar e obter informações, e conseqüentemente de estar incluído digitalmente.

As discussões sobre a utilização das tecnologias no processo formativo ganharam força com o advento da pandemia do Covid-19 em todas as modalidades e níveis educacionais, convergindo na compreensão de que apropriar-se das tecnologias digitais tornou-se uma necessidade básica de aprendizagem, acesso à informação e comunicação. Com isto, a EJA incorporou em seu currículo uma base muito mais ampla do que somente alfabetizar jovens e adultos; compete aos professores desenvolver junto aos alunos a autonomia para busca de novos aprendizados de modo a incorporar os recursos tecnológicos como facilitadores da aprendizagem.

As pesquisas realizadas demonstraram a carência dos alunos da EJA frente às tecnologias digitais. Após a realização das primeiras oficinas, já foi possível observar o despertar dos alunos para as possibilidades advindas do uso adequado das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, incluir digitalmente os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de democratizar e deixar a tecnologia mais acessível a este grupo. Dessa forma, a execução do projeto permitiu constatar que a utilização adequada de ferramentas facilitam o aprendizado, e também, diminuem a exclusão de um grupo que por diversos fatores têm dificuldades de superar os paradigmas impostos pela sociedade e por vezes, das suas próprias concepções.



Referências

BRASIL. Parecer CNE/CP 9/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BRITO, Bianca Maria Santana de. Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 2, p. 23-38, 2013.

MELO, Natali; LYRA, Keila Alves P. A importância do PIBID e do PIBIC: uma reflexão sobre programas de formação docente. **Revista Iniciação Científica Cesumar, Maringá**, v. 22, n. 1, p. 133-139, 2020.

SILVA, Renata Borges Leal da; JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto. Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 1, p. 24-40, 2020.

SILVA, José Vitor de Abreu et al. A promoção de inclusão digital de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) através da Extensão Universitária. In: **Anais do XXV Workshop de Informática na Escola**. SBC, 2019. p. 227-235.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: **III Congresso Nacional de Educação**. 2016. p. 1-13.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: A CONTRIBUIÇÃO DO *GOOGLE EARTH PRO* EM ESTUDOS SOBRE O USO DO SOLO URBANO

Carolina Gomes de Jesus (PG) ^{1*}, Auristela Afonso da Costa (PQ)

¹ Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina – Sede. Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n. Centro. CEP 76.600-000, Goiás/GO. E-mail: carolinagdj@hotmail.com

A deficiência intelectual (DI) caracteriza-se pela redução do desenvolvimento cognitivo, que normalmente fica abaixo do esperado para a idade cronológica da criança e do adulto. O ensino superior, independente da característica do aluno, deve promover a formação humana e o desenvolvimento de habilidades. A partir de tal premissa, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender a contribuição das imagens do *Google Earth Pro* associadas ao trabalho de campo, na aprendizagem de alunos com DI, em estudos sobre impactos ambientais causados pelo uso do solo urbano. A unidade de estudo foi a bacia do córrego Chapéu de Padre, na cidade de Goiás (GO), especialmente por se localizar próximo à Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina e, portanto, constituir um espaço de vivência dos alunos. Para o estudo foram realizadas representações espaciais, antes e depois do estudo das imagens de satélite; leitura e análise das imagens do *Google Earth Pro*; e, trabalho de campo para confrontar com a análise imagética e adquirir novos conhecimentos sobre a paisagem. As imagens do *Google Earth Pro* associadas ao trabalho de campo, se apresentaram como procedimentos que muito contribuíram na aprendizagem desses alunos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Deficiência intelectual. Impactos ambientais. Imagens de satélite. Trabalho de campo.

Introdução

Esta proposta de pesquisa tem como foco a realização de estudos ambientais do Cerrado, a partir de metodologias de ensino que empregaram leitura e análise de imagens de satélite associadas ao trabalho de campo, como procedimentos potencializadores nos processos de ensino e aprendizagem de alunos com DI. Os participantes da pesquisa são alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina.

A experiência profissional, por dois anos, como docente de apoio no curso de Licenciatura em Geografia, me conduziu ao tema desta pesquisa. A partir da experiência, pude refletir que há várias dificuldades por parte dos acadêmicos com DI ligada à aprendizagem, e acreditamos que as novas tecnologias podem contribuir no ensino e na aprendizagem desses alunos

Atualmente, apesar dos desafios, tem ganhado força a perspectiva da educação como um direito de todas as pessoas, independentemente de suas



características. Nesse sentido, a universidade precisa ser um espaço de construção de aprendizado diário, onde o estudante deve ser motivado e orientado a produzir novos conhecimentos e empregá-los à realidade social à qual pertence. É essencial, portanto, que ela seja acessível a toda sociedade, para todos os níveis sociais, estabelecendo uma verdadeira inclusão social.

Alves (2015) afirma que todo o contexto histórico de exclusão no ambiente educacional influenciou, dificultou, e até mesmo impediu o acesso dos deficientes à universidade. Para concretizar um ensino superior, com bases inclusivas e democráticas será preciso superar muitos desafios, entre os quais: a falta de uma estrutura física adequada às suas necessidades, a ausência de tecnologias assistivas, a pouca quantidade de cursos de formação que preparem os docentes para acompanhar esses estudantes, entre outros.

Sobre a inclusão, Sartoretto (2006) destaca que ela somente acontece onde se tem o respeito às diferenças e com a implantação de recursos e mecanismos pedagógicos que favoreçam a capacidade de aprender das pessoas com deficiência, e de serem valorizados pelas suas produções, dentro das suas condições e do tempo necessários para que ocorra a aprendizagem. A autora acrescenta que qualquer metodologia de ensino que não atenda ao princípio do respeito às diferenças e ao reconhecimento de todas as capacidades da pessoa com deficiência, não se trata de inclusão.

Não podemos esquecer que a universidade tem seu papel social, por isso além do desenvolvimento de habilidades, deve garantir também a formação cidadã, o que inclui o direito de alunos com deficiência ao conhecimento.

A pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender a contribuição das imagens do *Google Earth Pro* associadas ao trabalho de campo, na aprendizagem de alunos com DI, em estudos sobre impactos ambientais causados pelo uso do solo urbano.

Material e Métodos

Os principais procedimentos realizados foram: a) revisão bibliográfica sobre: inclusão e ensino superior; deficiência intelectual; ensino, imagens de satélite e



trabalho de campo; impactos ambientais e uso do solo urbano; b) pesquisa documental para entender a inclusão no ensino superior e a política de educação inclusiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG); c) entrevista semiestruturada para levantar quais as noções que os graduandos participantes da pesquisa tinham a respeito de geotecnologias, entre as quais, as imagens de satélite, que são produtos do sensoriamento remoto; d) elaboração de representações espaciais, antes e depois da leitura e análise das imagens de satélite, para avaliar a contribuição da metodologia utilizada; e) oficinas e atividades realizadas a partir do *Google Earth Pro* para leitura e análise da paisagem e identificação dos impactos ambientais; f) trabalho de campo, para confrontar com o estudo imagético e acrescentar novas informações sobre a análise da paisagem e estudo dos impactos ambientais. A expectativa era que essa metodologia de ensino contribuísse para a aprendizagem dos alunos com DI, o que de fato se confirmou.

Resultados e Discussão

No atendimento às demandas da educação inclusiva, o ensino de Geografia da UEG tem, nas imagens de satélite, materiais que podem colaborar na aprendizagem dos alunos com e sem deficiência, dada sua importância nos estudos sobre o Cerrado, mais especificamente em estudos sobre impactos ambientais, devido ao uso e ocupação do solo urbano.

Oliveira (2013) destaca que o ensino de Geografia, quando se tem uma metodologia que utilize de instrumentos como o sensoriamento remoto, facilita a compreensão do espaço geográfico e contribui para esclarecer questionamentos sobre a relação sociedade e natureza.

Sousa e Jordão (2015) acrescentam que o uso de imagens de satélite no ensino de Geografia, contribui para que o aluno tenha subsídios sobre a atuação cidadã, em uma sociedade heterogênea, democrática e integrada aos avanços tecnológicos. (SOUSA; JORDÃO, 2015)

Na pesquisa, utilizamos o aplicativo *Google Earth Pro*, o qual constitui um mosaico de imagens de satélite, imagens aéreas e GIS 3D. Em linhas gerais, os alunos demonstraram interesse e curiosidade em relação às imagens e conseguiram



entender os significados de boa parte das chaves de interpretação. Com isso, puderam ampliar a leitura e análise espacial da bacia estudada, bem como identificar impactos decorrentes do uso e ocupação do solo urbano, tais como intensa pavimentação; construções na área da nascente; desmatamento, com a retirada da vegetação natural até as margens do curso principal, entre outros.

O trabalho de campo, por sua vez, se apresentou como um procedimento imprescindível, não só para os alunos entenderem de forma mais aprofundada o que observaram nas imagens, mas também, puderam adensar na leitura e análise da paisagem, especialmente em aspectos que não puderam ser revelados no estudo imagético.

Nesse contexto, não podemos esquecer que a paisagem não se restringe ao que é visível, pois conforme destaca Santos (1998, p. 61), ela “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. Essa perspectiva também é reforçada por Cavalcanti (2012), para a qual a paisagem é a expressão visível de um espaço, mas também o que pode ser vivido pelo nosso corpo e pelos nossos sentidos. A autora ainda inclui a importância da percepção, que para ela é o nosso modo seletivo de apreender essa paisagem.

Considerações Finais

Em linhas gerais, a atividade de leitura e análise das imagens de satélite, por meio do *Google Earth Pro*, associada ao trabalho de campo, revelou que todos os alunos tiveram aprendizagem sobre o conteúdo geográfico, conseguiram entender os significados de boa parte das chaves de interpretação da imagem e, conseqüentemente, ampliaram os conhecimentos sobre a paisagem da bacia hidrográfica estudada.

Em suma, a justificativa mais plausível para a pesquisa é o fato de que, no contexto acadêmico, o ensino de Geografia pode contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência (entre as quais, com deficiência intelectual), a partir da adoção de práticas de ensino que possibilitem fazer a análise espacial e atendam as necessidades e as possibilidades desses alunos.



Agradecimentos

Agradecemos aos participantes da pesquisa à UEG/ Campus Cora Coralina; ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG Cora Coralina); e, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira. **Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior**: representações sociais que produzem sentidos e (re)desenham cenários. 2015. 311 f. il.. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.01-312

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA. Éder Henrique de. **A utilização das geotecnologias no ensino de geografia**. 2013. 50 f. Monografia (Especialização em Educação). Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. p.01-51

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARTORETTO, Mara Lúcia Madrid. Inclusão: teoria e prática. In: BRASIL. **Ensaio pedagógicos**. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Educação inclusiva: direito à diversidade. Ensaio pedagógicos. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SOUSA, Ionara Barros de; JORDÃO, Barbara Gomes Flaire. Geotecnologias como Recursos Didáticos em Apoio ao Ensino de Cartografia nas Aulas de Geografia do Ensino Básico. **Caminhos de Geografia**, revista online <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>ISSN 1678-634310, Mar/2015 v. 16, n. 53, Uberlândia.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



AS INFLUÊNCIAS DOS CONTOS DE FADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marciel Amaro Neves (Estudante da Graduação UEG /São Miguel do Araguaia), ***Naiara Carlos Moura** (Estudante da Graduação UEG /São Miguel do Araguaia. E-mail: naiaracarlos1971ab@gmail.com) , **Nilva Santana A. Vieira** (Estudante da Graduação UEG /São Miguel do Araguaia)
www.saomiguel.ueg.br

Resumo: O gênero textual Contos de Fadas tem uma grande influência no processo de ensino aprendizagem de uma criança, pois contribui de forma positiva na formação de seu caráter, na construção do imaginário infantil e na socialização. Nesta perspectiva, o objetivo desse artigo é abordar as influências dos contos de fadas na socialização da criança no âmbito da educação infantil, mostrando assim, as contribuições que esse tipo de narrativa possibilita na vida dos pequenos desde muito antes de aprenderem a ler. Mediante uma pesquisa bibliográfica, foi possível coletar informações de grandes autores como: Abramovich (1997); Barbosa (2003); Brasil (1998); Cunha (1999) e Ferreira (1975) que abordam em suas obras os contos de fadas demonstrando sua influência na constituição do imaginário infantil, na socialização e no desenvolvimento cognitivo das crianças. Dessa forma, essa pesquisa pretende colaborar de forma positiva mostrando que por meio dos contos de fadas a criança pode aprender muitas coisas que vivencia no âmbito da sociedade da qual faz parte. Em síntese, o educador por meio dessas narrativas encantadas consegue criar juntamente com a criança um universo de possibilidades, mostrando-lhe como é prazeroso ouvir e ler, incentivando assim, a formação de futuros leitores.

Palavras-chave: Educação Infantil, Contos de fadas, Socialização, Imaginário Infantil.



Introdução

A leitura é algo de suma importância na vida de qualquer ser humano, pois o contato com a leitura promove nas crianças o entendimento de vários papéis sociais, contribuindo com a construção de sua personalidade, permitindo assim a socialização e desenvolvimento da imaginação.

De acordo com Abramovich (1997), os contos de fadas fazem parte dos primeiros textos com os quais as crianças têm contato, isso faz com que elas sejam inseridas no universo da leitura antes mesmo de aprenderem a ler.

Nesta perspectiva, o trabalho visa responder a seguinte pergunta: Como os contos de fadas podem contribuir com o processo de socialização da criança na educação infantil? A hipótese parte do princípio de que o uso dos contos de fadas como instrumento de socialização é de grande contribuição para a promoção da criança dentro e fora da sala de aula, isso porque esse gênero insere-se no processo pelo qual o indivíduo assimila e aprende as regras básicas do modo de vida de uma sociedade de maneira lúdica e prazerosa.

Sendo assim, o objetivo geral desse artigo é investigar a influência dos contos de fadas na socialização da criança na Educação Infantil, com base no qual e a fim de detalhar os processos necessários para a realização do trabalho, elaboramos os objetivos específicos: Situar os contos de fadas no contexto histórico da literatura infantil; Abordar sobre as contribuições dos contos de fadas na socialização da criança; Compreender a influência dos contos de fadas para a construção do imaginário infantil. Com base nesses objetivos a pesquisa foi desenvolvida nos seguintes eixos: o contexto histórico da literatura infantil e a literatura infantil no Brasil; as contribuições dos contos de fadas na socialização da criança na educação infantil,



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



a socialização infantil e por último, os contos de fadas e o imaginário infantil.

Os contos de fadas proporcionam em sala de aula em especial na Educação Infantil, momentos em que a criança se torna participante através das leituras realizadas, promovendo assim, a socialização entre os colegas. Desse modo, o contato com os contos de fadas possibilita à criança o ensaio de vários papéis sociais, proporcionando-lhe trocas de experiências e maior inserção no grupo social.

Com base nas ideias propostas, essa pesquisa busca discutir seguintes pontos: a necessidade de entender como os contos de fadas podem contribuir com o processo de socialização da criança na educação infantil; quais metodologias o professor pode utilizar para trabalhar a socialização através dos contos de fadas; como os contos de fadas podem contribuir para o desenvolvimento do imaginário infantil. Neste contexto, para que a leitura se torne algo prazeroso, o hábito de ler deve ser estimulado desde a primeira infância. Sendo assim, o uso do gênero textual conto de fadas passa a ser um instrumento que leva a criança a desenvolver suas emoções e sentimentos.

Salienta-se que para realização do presente trabalho fizemos uso da metodologia de pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Abramovich (1997), Cunha (1998), Barbosa (2003) entre outros, que muito contribuíram para explicar muitas de nossas indagações ao longo do texto. Assim sendo, o que nos levou a este estudo foi a necessidade de apresentar as contribuições que os contos de fadas proporcionam na vida da criança e como educadores e pais podem abordar essas narrativas dentro e fora da sala de aula, como por exemplo: instigar o imaginário da criança através de contos lúdicos, levando-a a uma viagem fantástica, cheia de sonhos e aventuras, sem, no entanto, sair de seu lugar.

Nesta perspectiva, as contribuições dos contos de fadas para o desenvolvimento da aprendizagem da criança na educação infantil é algo essencial, por serem narrativas que contribuem com o imaginário infantil, pois ao contar uma



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



história o professor entra num universo encantado de sonhos e aventuras que muito estimulam a criança.

Material e Métodos

Esta pesquisa, de cunho bibliográfico, de caráter qualitativo, embasou-se nos autores: Abramovich (1997); Barbosa (2003); Brasil (1998); Cunha (1999) e Ferreira (1975) dentre outros. A referida pesquisa bibliográfica apoiando-se em artigos científicos, plano estratégico da escola investigada, caderno da PNA e sites educacionais e diversos pesquisadores sobre a temática em estudo.

Resultados e Discussão

A Literatura Infantil é um gênero textual que de acordo com Cunha (2003), teve como princípio adaptações das narrativas folclóricas, surgindo assim, livros com contextos mágicos, capazes de provocar emoções, entretenimento e fantasias, levando a criança a descobrir um novo universo, no qual, a realidade e fantasia andam sempre juntas, proporcionando uma encantada viagem pelo mundo da imaginação.

A literatura infantil brasileira teve seu vigor a partir da Proclamação da República em 1822 em um processo gradativo rumo a modernização, no qual a literatura se torna algo indispensável dentro da sociedade brasileira, sendo inserida



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



no âmbito escolar. Os primeiros livros para as crianças no Brasil ocorrem ao final do século XX com os poemas de Olavo, mas foi com as obras do escritor Monteiro Lobato que deu início a Literatura Infantil Brasileira.

Atualmente o nível de leitores na sociedade vem sofrendo uma queda, isso ocorre devido ao fato de que poucas crianças e adultos possuem o hábito de ler, a maioria tem o seu primeiro acesso com a leitura no âmbito escolar. Sendo assim, o ato de ler para crianças na Educação Infantil é de suma importância para o seu desenvolvimento.

De acordo com Abramovich (1997), os contos de fadas fazem parte do primeiro contato que a criança tem com o mundo da leitura, ou seja, é um dos primeiros livros que elas têm acesso, antes mesmo de aprender a ler. Esses tipos de histórias possuem valores morais e éticos que proporcionam uma aprendizagem bastante significativa, isso porque, é um material rico em contextos sociais e culturais diversificados, essenciais para a compreensão da diversidade e diferenças inerentes aos seres humanos.

Ao ouvir uma história a criança é capaz de transformar cada frase dita em sonhos, medos e desejos, isso porque, a sua imaginação vai além do mundo real e entra no universo encantado, ou seja, processa o que lhe foi contado e idealiza alguma situação ou desejo que está em seu pensamento, pois, por meio dessa narrativa a criança experimenta diferentes formas de pensar.

O processo de socialização da criança na educação infantil, atualmente, se configura por meio da família, escola e comunidade algo que não ocorria antigamente, visto que a criança não participava das práticas sociais da sociedade da qual fazia parte.

Os contos de fadas, ao contribuir com o imaginário da criança possibilita uma ampliação dos seus horizontes culturais e emocionais, promovendo assim um enriquecimento linguístico e o gosto pela leitura mesmo antes de saber a ler. portanto,



esse enredo proporciona ao professor ferramentas importantes para trabalhar atividades didático-pedagógicas dentro e fora da sala de aula.

Através da imaginação, a criança é capaz de desenvolver hipóteses e buscar novas soluções para as situações que lhe pareçam adversas. Nesta perspectiva, é importante estimular desde cedo essa característica e por meio do gênero textual conto de fadas, sendo, por conseguinte, possível desenvolver esse lado criativo das crianças.

Considerações Finais

A literatura infantil são narrativas que surgiram há bastante tempo, por meio de histórias que eram contadas nas rodas de conversas, sendo assim, são histórias que são passadas de pais para filhos desde os contos mais antigos até aos atuais.

Essas histórias proporcionam à criança o desenvolvimento de várias habilidades, dentre as quais se configura a imaginação, a formação da personalidade, do caráter e a socialização. Visto que, através desse gênero textual a criança consegue entender o mundo a sua volta de maneira simples, pois esse universo encantado possui uma linguagem clara propícia a compreensão da mesma.

Conclui-se ainda, que os contos de fadas possibilitam a criança levantar suas hipóteses, com as quais são capazes de aprender mais sobre questões que a sociedade enfrenta no seu dia a dia, podendo assim refletir sobre determinados temas. Assim, os contos, promovem o trabalho com as adversidades, buscando respostas juntamente com os adultos os quais devem dar-lhe oportunidades de expor



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



seus pensamentos e dúvidas.

De acordo com a Constituição Federal Art. 6, a educação é um direito social de todos, cabendo, por conseguinte, às instituições escolares e os seus colaboradores proporcionarem mecanismos que venham desenvolver um ensino eficiente e de qualidade. Em vista disso, os contos de fadas auxiliam nesse desafio, pois por meio desse gênero textual a criança consegue aprender de maneira lúdica, tornando assim um ensino divertido e prazeroso.

Portanto, a leitura é algo essencial na vida de qualquer pessoa, havendo assim, necessidade de ser inserida na vida da criança desde cedo e, em especial, a partir na Educação Infantil, pois promove o desenvolvimento de várias habilidades como: a socialização, a imaginação dentre outras que são capazes de contribuir com o desenvolvimento e a formação de um cidadão crítico e participativo.

Agradecimentos

A Deus e a nossa família que sempre nos incentivou a nunca desistir perante os desafios, estando ao nosso lado, dando-nos apoio e carinho.

Aos nossos professores desta graduação em Pedagogia que fazem parte da UEG – Unidade de São Miguel do Araguaia, que passaram ao longo das disciplinas pela competência e força de vontade como mediadores de nossos conhecimentos, pelo empenho e incentivo dado aos alunos, sempre nos orientando para que pudéssemos alcançar as nossas metas.

Em especial dedicamos à nossa orientadora, Prof.^a Eva de Alencar Carvalho, agradecendo a orientação durante todo o desenvolvimento deste artigo, sempre presente para indicar a direção correta



que o trabalho deveria tomar.

Enfim, expressamos a nossa gratidão a todos que direta e indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 2006.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosura e bobice**: 5.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares; RODRIGUES, Scheila Leal; SOUZA, Antonio Escandiel; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BASSO, Berenice Geschwind. **Literatura Infantil: Origens e Tendências**. 2013.

BARBOSA, Eliza Maria. **O processo de socialização infantil sob um novo olhar**: Vol.01. Poésis, 2003.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 1998.

CAGNETI, Sueli de Souza. **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1996.

CELIDONIO, Eni de Paiva. **Literatura Infantil**. Rio Grande do Sul: UFSMA, 2009.

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**: São Paulo, 2014.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



JUVENTUDE RURAL: PERMANÊNCIA OU MIGRAÇÃO NO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUINO, GOIÁS-GO – 2021/2022

Daylma Montiel Pereira da Silva^{1*}, Murilo Mendonça Oliveira de Souza (PQ)

1. Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Cora Coralina – Sede. Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n. Centro. CEP 76.600-000, Goiás/GO. E-mail: daylmamontiel31@gmail.com

Resumo: A juventude rural tem um papel fundamental no que diz respeito a continuidade dos assentamentos rurais e do campesinato. Entretanto, pesquisas relatam que tem se tornado frequente a saída de jovens do meio rural para os centros urbano. Os motivos que tem influenciado essa saída constante, é a invisibilidade social que esse grupo se encontra, as faltas de políticas públicas que invista na permanência da juventude rural no campo. Essa questão tem ocasionado preocupações e discussões, pois a não permanência desses sujeitos causa graves problemas ao campo como, a falta de sucessores, falta de mão de obra para a reprodução da agricultura familiar, sendo preocupante pois essa agricultura é responsável por uma boa parte dos alimentos que chegam na mesa da população, além de comprometer para reprodução social do campesinato. O presente trabalho buscou investigar os motivos que estão influenciando a migração dos jovens para as áreas urbanas, os impactos que poderão provocar ao assentamento e suas perspectivas quanto permanecer no assentamento Dom Tomás Balduino. Por meio dos dados obtidos a falta de políticas públicas é a principal contribuinte para este problema.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Juventude Rural. Assentamentos Rurais.

Introdução

De acordo com a Política Nacional de Juventude (PNJ) de 2006, é considerado “jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos”. Essa população no campo, tem ganhando destaque, sendo motivo de grandes repercussões, na medida em que crescentemente o campo vem testemunhando a saída de jovens para as áreas urbanas.

Barcellos (2014), ao procurar analisar a população jovem e o êxodo rural, informa que no ano 2000 a população rural era de 31.835.143 habitantes, dos quais cerca de 9 (nove) milhões eram jovens. Já em 2010, o autor relata que no campo



havia 29.830.007 habitantes, com 8.060.454 jovens. Dessa maneira, notamos que a dinâmica migratória da juventude rural para as cidades tem se intensificado nas últimas décadas, provocando inquietações acerca do futuro dos assentamentos rurais. Por ser de suma importância a participação dos jovens para a continuidade dos assentamentos rurais e para a reprodução do campesinato, o êxodo rural em especial o da juventude podem provocar diversos impactos no campo como, o envelhecimento rural, a falta de mão-de-obra e a ausência de sucessores.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral compreender a dinâmica reprodutiva do campesinato, com base na permanência da juventude rural, no Assentamento Dom Tomás Balduino, município de Goiás/GO. De forma mais específica, objetivamos ainda: entender a importância da agricultura familiar camponesa para o desenvolvimento socioeconômico no município de Goiás-GO; analisar a juventude assentada no assentamento Dom Tomás Balduino; identificar os dilemas dos jovens rurais e os motivos de ficar ou partir; analisar como as políticas públicas estão sendo implementadas para o incentivo à permanência da juventude no campo.

Metodologia

Para a realização dessa pesquisa, a princípio, foram realizadas leituras bibliográficas de autores/as que investigam essa temática. A metodologia do trabalho seguiu uma perspectiva qualitativa. Utilizamos dados coletados em fontes secundárias como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para essa investigação, houve a aplicação de questionário de forma virtual, respeitando o distanciamento social. O primeiro questionário foi aplicado a 12



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



proprietários do assentamento Dom Tomás Balduino, o segundo aplicado a quatro jovens que saíram do assentamento e o terceiro aplicado a oito jovens que permanecem no assentamento. Ambos foram elaborados na plataforma Google Forms e enviado via WhatsApp. A principal finalidade dos questionários é de levantar informações e dados acerca da juventude assentada, sujeitos diretamente envolvidos com o tema deste estudo.

Resultados e Discussão

O assentamento Dom Tomás Balduino (Mapa) foi criado no ano de 2001 as margens da GO-164, porém, apenas em setembro de 2006 aconteceu a distribuição das parcelas, sendo beneficiadas 65 famílias. Esta foi a área de nossa pesquisa, onde foram aplicados questionários com diferentes grupos para entendermos a inserção da juventude rural no assentamento.

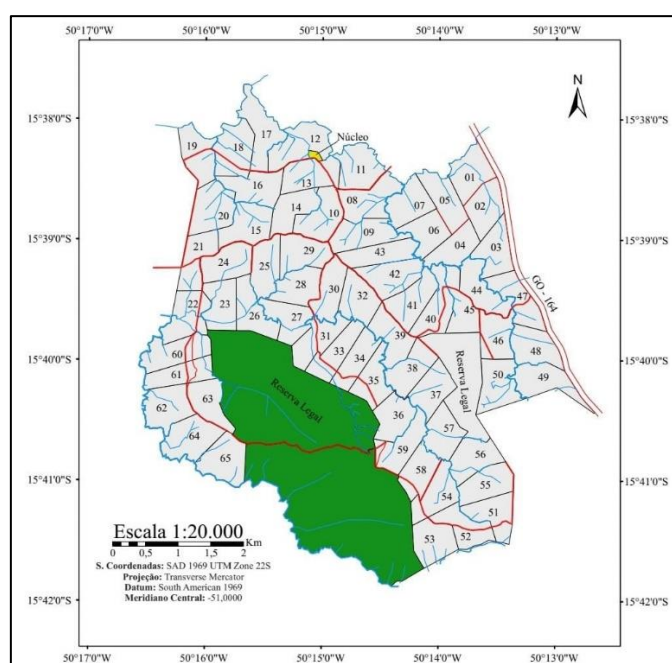
Ao questionarmos sobre a juventude do assentamento, todos consideraram importante a participação dos jovens no assentamento. Segundo os proprietários participantes, a “perda de força de trabalho”; o esvaziamento do Campo a não continuidade da sucessão familiar; “envelhecimento no campo”; “não ter futuros pecuaristas”, são as consequências que migração dos jovens. Assim, 83,3% dos proprietários afirmam influenciar a permanência dos filhos no Assentamento Dom Tomais Balduino.

Aplicamos questionário também aos jovens que saíram do assentamento Dom Tomás Balduino. Através dele, constatamos que atualmente todos residem na cidade, isso nos confirma que a juventude está deixando o assentamento e indo em direção aos centros urbanos. Em relação ao gênero, analisamos que 75% são do gênero feminino e 25% do gênero masculino, com isso, notamos um maior índice de



abandono por parte do gênero feminino. Por último, questionamos sobre os principais motivos que os fizeram sair dos Assentamentos, de acordo com os jovens foi a falta de emprego (75%) e busca pela independência financeira (25%).

Mapa- Parcelas do Assentamento Dom Tomás



Fonte: SOUZA, Janiel Divino (2016)

Por fim, aplicamos outro questionário com jovens que permanecem no assentamento Dom Tomás Balduino. Com este grupo objetivamos entender a realidade vivida por 8 jovens na idade de 15 a 23 anos, sendo uma participação maior do público feminino (75%), em relação ao masculino. Analisando a escolarização do grupo, em que obtemos que 50% possuem o Ensino Médio completo; 25 % o ensino superior incompleto; 12,5% o Ensino fundamental completo; e 12,5% o Ensino fundamental incompleto.



Considerações Finais

O desenvolvimento deste estudo foi de grande relevância, pois por meio dele podemos esclarecer as razões que tem ocasionado a saída dos jovens do assentamento. E como a falta de trabalho assalariado aos jovens e a saída à procura de independência financeira podem impactar na continuidade do assentamento. Em contrapartida, o trabalho nos possibilitou também compreender as perspectivas dos jovens que ainda residem no assentamento. Com relação a isto, o presente estudo identificou o percentual de 63% dos jovens entrevistados decididos a permanecerem e dar segmento as atividades das propriedades. Contata-se que a maioria dos jovens não tem intenção de migrarem para as cidades, mas como notado no decorrer do estudo em muitas situações a problemática não se apresenta como uma escolha.

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Goiás (UEG) e às famílias assentadas no Dom Tomás Balduino.

Referências

Barcellos, S. B. (2014). **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil:** atores e fluxos políticos nesse processo social. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – CPDA.

PNJ, Política Nacional da Juventude (Secretaria Nacional da Juventude). (2006). **Diálogo nacional para uma política pública de juventude.** São Paulo: Pólis.

SOUZA, Janiel. Divino. **Atlas da luta pela Terra:** município de Goiás/ GO. 2016. Dissertação- Universidade Estadual de Goiás, Goiás-GO, 2016.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



LABBRINC: a infância e as atividades aquáticas no contexto lúdico

Renato Coelho^{1(PQ)}, Camila Lima de Souza^{2(IC)}, Daniele de Souza Araújo^{3(IC)}, Dennize Luiza Oliveira^{4(IC)}, Ellen Karoline e Silva Cordeiro^{5(IC)}, *Emily Kesley Cardozo Cancio^{6(IC)*} (emilykesley@gmail.com), Jocasta Rodrigues da Silva^{7(IC)}, Kéllen Cristina Rodrigues Teixeira^{8(IC)}, Lara Mercy da Silva Pereira^{9(IC)}, Mikaele Pereira Mendanha^{10(IC)}

1, 2, 3 4, 5,6,7,8,9,10 Universidade Estadual de Goiás – Campus Metropolitano – Unidade ESEFFEGO

Resumo

As atividades lúdicas do brincar constituem-se na atividade principal da infância, promovendo as mais diversas e diferentes formas de desenvolvimento nesta fase da vida humana. A atividade mais importante na infância é o brincar, onde as atividades lúdicas ocupam papel fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças. O projeto de extensão LABBRINC (Laboratório de Esporte, Jogos e Brincadeiras) tem como proposta básica alcançar e beneficiar a comunidade infantil goianiense através de atividades extensionistas no meio aquático e também auxiliar na formação dos estudantes do curso de Educação Física da ESEFFEGO, com ênfase nos estudos sobre as atividades lúdicas na infância, segundo os pressupostos da teoria criada por Vygotski. A inclusão de atividades lúdicas e do brincar na natação infantil, constitui numa forma de potencializar a aprendizagem de todos os conteúdos por parte dos alunos, e ainda propiciar momentos de alegria e prazer durante as aulas. Neste projeto de extensão são incluídas atividades relacionadas à chamada cultura corporal aquática para a comunidade infantil de Goiânia. Consideramos o elemento lúdico e a Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), como princípios metodológicos para o ensino e aprendizagem da natação infantil.

Palavras-chave: Infância. Lúdico. Vygotski. Extensão.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Introdução

A proposta do projeto de extensão LABBRINC é em promover o ensino e a vivência da natação infantil através de conteúdos lúdicos, onde os jogos e brincadeiras servem como diretrizes metodológicas importantes, através da criação da chamada Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), conceito criado por L.S. Vygotski. As teorias de Vygotski se tornam fundamentais para a compreensão e o resgate do valor e importância dos jogos e brincadeiras. A contribuição principal de Vygotski sobre os jogos e brincadeiras é a sua valorização, acrescida pela estreita relação que este autor estabelece entre o jogo e a aprendizagem.

Uma das situações que se apresentam como importantes para a análise do processo de constituição do sujeito é a brincadeira infantil. Rompendo com a visão tradicional de que a brincadeira é a atividade natural de satisfação de instintos infantis, Vygotski apresenta o brincar como atividade em que tanto significados sociais e historicamente produzidos são veiculados quanto novos podem ali emergir. (ZANELLA e ANDRADA, 2002, P.128).

As intenções e ações lúdicas no jogo possibilitam a criação da Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), promovendo a internalização do real e o desenvolvimento cognitivo. Dentro da contradição da criança entre a impossibilidade do desejo e a necessidade imediata do querer fazer, Vygotski então afirma:



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Esta subordinação estrita às regras é quase impossível na vida; no entanto torna-se possível no brinquedo. Assim o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança (VYGOTSKY, 1998, p.134).

Em qualquer ação produtiva do nosso cotidiano, o significado e o sentido estão sempre interligados de uma dada forma, ou seja, cada atitude tem um objetivo ligado a um motivo, é o seu sentido; e cada operação por nós realizada possui um dado conteúdo, ou seja, o seu significado. Porém, no brincar da criança, essas relações não são as mesmas, ocorrendo uma ruptura entre sentido e significado. Para uma criança que brinca de “cavalinho”, a vassoura retém seu significado, ou seja, continua sendo uma vassoura, porém, ela adquire o sentido de cavalo na imaginação infantil, assumindo seu sentido lúdico.

[...] a criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação ao que vê. Assim, é alcançada uma condição em que começa a agir independentemente daquilo que vê. (VYGOTSKI, 1998, p. 127).

O jogo para Vygotski, ao permitir a criação da Zona de Desenvolvimento Iminente, proporciona alterações das estruturas cognitivas, não sendo apenas uma simples assimilação daquilo que a criança percebe da realidade. Ele possui um duplo sentido: 1 – o exercício imaginativo (imaginar situações, representar papéis e situações cotidianas); 2 – o caráter social (conteúdos e regras inerentes ao contexto). Dentro desta esfera do imaginário da criança, ao se criar uma Zona de Desenvolvimento Iminente, abre-se possibilidades ao desenvolvimento que segue e é guiado por estes processos criativos do imaginário. (LIBÓRIO, 2000)

Dentro do jogo, a criança também pode produzir muito além daquilo que conhece ou sabe. Todos conhecemos o grande papel que nos jogos infantis desempenha a imitação, e com muita frequência, estes jogos são apenas um eco do que as crianças



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



viram e escutaram dos adultos, não obstante estes elementos da sua experiência anterior nunca se reproduzem no jogo de forma absolutamente igual e como aconteceu na realidade. O jogo da criança não é uma recordação simples do vivido, mas sim a transformação criadora das impressões para a formação de uma nova realidade que responde às exigências e inclinações da própria criança. (LIBÓRIO, 2000)

Logo, o brincar da criança passa a ser uma transformação criadora, ela também tem a possibilidade de criar, mesmo sob diferentes escalas, mas cria a partir do que conhece e das oportunidades oferecidas, dentro de suas próprias necessidades e preferências. Dentro do jogo resgata-se na criança sua posição de sujeito histórico e social, pois ela cria, ela imagina, ela pode participar ativamente do processo lúdico.

Tais processos criativos se dão dentro da Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), o jogo ou brincadeira, numa esfera lúdica, ajuda a construir a subjetividade do sujeito, e neste ambiente imaginativo, criativo e simbólico, permite-se alterações qualitativas das estruturas mentais superiores, promovendo o desenvolvimento pleno.

Material e Métodos

Através da execução de ações extensionistas dentro da chamada cultura corporal, promovemos atividades de extensão à comunidade goianiense de forma pública e gratuita. São atividades relacionadas à cultura corporal (atividades lúdicas no meio aquático). Tais atividades são realizadas dentro da UEG Unidade ESEFFEGO (Centro de Excelência dos Esportes). O público-alvo deste projeto são



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



crianças e adolescentes (4 a 13 anos)

O elemento lúdico constitui-se num dos eixos mais importantes deste projeto em natação infantil, pois abarca a fase da infância, onde as atividades lúdicas do brincar constituem-se na atividade principal, promovendo as mais diversas e diferentes formas de desenvolvimento da criança. A atividade mais importante na infância é o brincar, onde as atividades lúdicas ocupam papel fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças (cognitivo, emocional, motor e etc.).

Vygotski considera ainda que aprendizagem não equivale a desenvolvimento, mas toda aprendizagem construída de forma organizada torna-se um desenvolvimento mental e alavanca uma série de processos evolutivos que jamais se efetuariam separados da aprendizagem, sendo assim, a aprendizagem é necessária ao processo de desenvolvimento cultural organizado, e toda boa aprendizagem é aquela que precede o desenvolvimento. (BAQUERO, 1998, p.98).

A partir da compreensão de que o bom ensino deve operar sobre as conquistas de desenvolvimento ainda em aquisição e adquiridas com auxílio do outro, surge o conceito de desenvolvido por Vygotski de Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI):

A distância entre o nível evolutivo real determinado pela resolução independente do problema e o nível de desenvolvimento potencial determinado pela resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os colegas mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p.86).

Sendo assim, o planejamento e a execução das aulas de atividades lúdicas no meio aquático, consideram o brincar como elemento importante na construção dos processos de aprendizagem infantil. Os conteúdos da natação são ensinados dentro de atividades lúdicas, alegres e prazerosas. Fundamentos como flutuação, apnéia, respiração, braçadas, pernadas e mergulho são apropriadas pelas crianças de forma espontânea, criativa e envolta por elementos lúdicos do brincar.



Resultados e Discussão

Através da inclusão de conteúdos lúdicos na aprendizagem do ensino da natação, é possível ensinar as crianças a nadarem, dentro de uma proposta que vai muito além do ensino apenas das técnicas. A inclusão dos jogos e das brincadeiras no meio aquático permite uma maior interação social das crianças na piscina, criando sentidos e significados aos conteúdos ensinados. Descobrimos ainda ser possível, dentro deste ambiente lúdico, a criação da chamada Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), onde as crianças aprendem umas com as outras e também com o professor, e depois passam a nadar de forma autônoma e independente.

Sendo assim, as atividades lúdicas na infância passam a ser uma transformação criadora, a criança também tem a possibilidade de criar, mesmo sob diferentes escalas, mas cria a partir do que conhece e das oportunidades oferecidas, dentro de suas próprias necessidades e preferências. Dentro do brincar resgata-se na criança sua posição de sujeito histórico e social, pois ela cria, ela imagina, ela pode participar ativamente do processo lúdico.

Portanto, os jogos e brincadeiras possuem papel fundamental para a formação e o desenvolvimento da criança através de processos criativos, que irão transformar qualitativamente as chamadas funções psicológicas superiores na infância.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Considerações Finais

Este projeto, ainda em andamento, demonstra que o bom ensino da natação infantil é aquele onde o desenvolvimento segue à reboque da aprendizagem, e não o contrário. Ou seja, nas aulas de natação infantil é fundamental a criação da chamada Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), onde as crianças de forma coletiva, aprendem umas com as outras e com o professor, e ao final alcançam a autonomia e a independência nas atividades e movimentos no meio aquático, sendo fundamental a introdução de elementos lúdicos neste processo de aprendizagem da criança.

Agradecimentos

Agradecemos à UEG pelo apoio financeiro ao projeto de extensão LABBRINC através do fornecimento das bolsas de extensão e de bolsas permanência aos estudantes participantes desta ação extensionista.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

BAQUERO, R., **Vygotsky e a Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LIBÓRIO, O. Partilhar para crescer. **Boletim das ECAE**. Coimbra, n.0, ano 1, dezembro, 2000. p.12-14.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZANELLA, A.V.; ANDRADA, E.G.C. Processos de Significação no Brincar: Problematizando a constituição do sujeito. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.07, n.02, p.127-133, jul/dez. 2002.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



LITERATURA INFANTIL: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Ana Luisa Rodrigues Carvalho Costa^{1*}, Mariana Matias de Sousa^{2*}, Elton Anderson dos
Santos Castro³, Sonia Bessa⁴

Avenida Universitária, S/N – Nordeste, Formosa – GO, 73807-250

Resumo: A introdução ao letramento e alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental traz a ideia de que o indivíduo assimile a leitura e a escrita como prática social. O ser já letrado usa frequentemente a leitura e escrita no dia a dia como um valor social. Este estudo apresentado tem como objetivo apresentar um leque de intervenções pedagógicas utilizadas ao longo de um semestre com 17 crianças com idade entre 3 e 4 anos do Maternal II de escola municipal em cidade goiana, sendo 12 meninas e 5 meninos. Foram realizadas 6 intervenções pedagógicas, totalizando 24 horas, precedidas por 20 horas de observação in loco. As atividades foram elaboradas a partir da visão construtivista, priorizando o protagonismo e a autonomia das crianças trabalhando de forma divertida e descontraída conceitos lógicos elementares e a função simbólica. A partir das intervenções pedagógicas realizadas foi possível verificar que as crianças conseguiram responder às questões propostas com clareza a partir da interpretação dos textos pelas pesquisadoras, considerando que ainda não possuem domínio da leitura e escrita. Houve um ambiente propício ao desenvolvimento da função simbólica e da interação social.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem. Contação de Histórias. Função Simbólica.

Introdução

A literatura é uma manifestação artística assim como a música, teatro, dança, pintura e entre outras. Ela se destaca por meio da representação da linguagem e das palavras. Seu conceito está em constante adaptação e transformação. A literatura infantil é uma das vertentes em que as crianças se destacam como principais leitoras. Ela se tornou muito utilizada no ambiente escolar principalmente por discentes dos anos iniciais. Pesquisadores e estudiosos (Soares 2019, Mantovani de Assis 2013)

¹ Estudante (IC) de Pedagogia na UEG - Campus Nordeste. E-mail: alrcc@aluno.ueg.br

² Estudante (IC) de Pedagogia na UEG - Campus Nordeste. E-mail: mariana231matias@aluno.ueg.br

³ Prof. Doutor, docente orientador do estágio supervisionado da UEG Campus Formosa (PQ).

⁴ Profa. Doutora, docente orientadora do estágio supervisionado da UEG Campus Formosa (PQ).



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



desta área educacional destacam a importância da mesma para a alfabetização e letramento. O primeiro contato do ser humano com a literatura infantil se faz presente dentro do ambiente familiar, no qual os responsáveis pelas crianças por muitas vezes fazem uso de contos para prender a atenção destas, mas vale lembrar que muitos não têm acesso a essa aculturação.

Este estudo tem o objetivo de discorrer sobre os processos de alfabetização e letramento por meio da contação de histórias. Demonstrar os pontos que são trabalhados a partir da literatura e como o ato de ouvir e contar histórias auxiliam no desenvolvimento integral do indivíduo.

A alfabetização, segundo Soares (2019), é o processo de alfabetizar, ou seja, de ensinar o indivíduo a ler e escrever, e este se torna uma pessoa alfabetizada. O indivíduo que não tem este domínio é denominado de analfabeto, ou seja, é o sujeito que não tem conhecimento sobre o alfabeto e não possui a capacidade da leitura e escrita.

O sujeito que se apropria da escrita se torna uma pessoa letrada, pois além de aprender a tecnologia da leitura e escrita, ele adquire a capacidade de atuar e responder as demandas dos grupos sociais utilizando da escrita já apropriada. Lembrando que uma pessoa letrada não precisa ser necessariamente alfabetizada e sim estar direta ou indiretamente em contato com o mundo da leitura e escrita. Segundo Soares (2019, p. 39), apropriar-se da escrita é diferente de aprender a ler e escrever, isto é assumir e tornar a escrita como propriedade.

Uma das formas de trabalhar o desenvolvimento do letramento é a partir da literatura infantil. A criança, quando lê, questiona, interage e entra dentro da narrativa, ela aprende e se torna um sujeito letrado. Lá na frente, esta mesma criança vai ser um/a adulto/a crítico/a e capaz de lidar com diferentes situações. A partir disto, percebe-se a importância em estimular a leitura e escrita desde de cedo.



A contação de histórias na Educação Infantil é uma das maneiras de possibilitar ao indivíduo o contato com obras literárias de forma lúdica e que envolva os espectadores durante a narrativa. Desde os primórdios, o homem contava histórias nas cavernas com auxílio de desenhos. A contação de história é uma arte relacionada com as práticas da cultura humana, e ela permanece até os dias atuais. A finalidade dela é favorecer a interação, o entretenimento, passar conhecimentos, preservar a cultura, expressar emoções e entre outros aspectos. (ABRAMOVICH 2009).

É necessário levar em consideração as vivências e a bagagem que os estudantes já trazem. Conforme Kleiman:

[...] quanto mais o docente souber sobre o objeto de estudo a situação comunicativa envolvida, sobre seus alunos e sua bagagem cultural, maiores serão as probabilidades de ele ser capaz de criar situações significativas de aprendizagem. (KLEIMAN, 2008, p. 512).

Isto é, elaborar planos de aula e levar histórias que sejam voltadas à realidade dos discentes. Nesta situação o docente utiliza do diálogo na sala de aula. Segundo Freire (1989), para que este diálogo aconteça, deve-se levar em consideração as escolhas certas das palavras, ou seja, as palavras geradoras. Isto é, utilizar um vocabulário mais próximo dos estudantes e também ferramentas que estão próximas do cotidiano deles. Assim, pode-se dizer que quando o indivíduo se torna letrado, ele acaba sendo letrado no e para o mundo.

Nesse contexto, as intervenções pedagógicas, que serão descritas nesse relato de experiências, demonstram na prática como ocorre o processo de letramento por intermédio da contação de histórias.

Material e Métodos

Essa investigação é um estudo de natureza qualitativa interventiva com viés interpretativo e descritivo. Durante o período de 28 de abril a 25 de agosto de 2022 foram preparadas aulas para 17 alunos (3-4 anos) do Maternal II, sendo eles 12



meninas e 5 meninos, sendo um total de 5 observações (20 horas) e 6 regências (24 horas). A intervenção foi realizada em escola municipal de cidade goiana, atendendo as exigências do estágio supervisionado em Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás- Campus-Formosa.

Os recursos didáticos utilizados para as contações de histórias foram: personagens em E.V.A, guarda-chuva, borrifadores de água, bonecos de feltro, vasilha com água e óleo, luvas de cor preta, caixa de teatro de luz e sombra, palitoques com os personagens e lanterna. Os materiais que auxiliaram para a representação da história foram feitos e preparados pelas pesquisadoras. O quadro 1 apresenta a descrição das atividades e os objetivos esperados.

Quadro 1 – Atividades realizadas durante as intervenções pedagógicas.

Nome da atividade	Descrição	Objetivos e/ou aprendizagem esperada
Contação de história: A nuvenzinha triste – Bia Bedran.	A história foi contada por meio de fantoches com o auxílio de um guarda-chuva confeccionado para ser utilizado em conjunto com um borrifador de água, tal qual simularia as lágrimas da nuvenzinha triste.	-Trabalhar a conscientização da água; -Incentivar o cuidado e melhoria do meio ambiente; -Introduzir a relação de causa e efeito na natureza por meio da interpretação da história. -Propor um contexto de função simbólica, para as crianças transformarem significantes em significados.
Contação de história: A Onça e o Saci – Pedro Bandeira.	Foi contado o poema com auxílio de fantoches de feltro (personagens do Saci, Onça, abelhas e um poço). Depois da narrativa, os estudantes responderam questões acerca da história e folclore.	-Reconhecer o folclore e suas manifestações culturais; -Trabalhar a imaginação, expressão artística e o pensamento lúdico/criativo. - Trabalhar poemas.
Dobradura do Saci-Pererê.	Nesta atividade foram utilizadas folhas A4 cortadas em formatos quadriculares e foram entregadas para os estudantes com as dobras marcadas. A tarefa consistia em descobrir como montar a figura do saci seguindo as dobras já realizadas.	-Desenvolver a noção de espaço; -Trabalhar a coordenação motora fina; -Estabelecer relação previa, esforço mental, concentração; -Reforçar a construção dos personagens folclóricos na cultura brasileira;



		Relacionar a parte e o todo simultaneamente.
Experimento do redemoinho na água.	Foi utilizada uma vasilha com água e óleo, e para formar o redemoinho foi utilizado um palito. A partir desses objetos, demonstrou-se a forma como o Saci chegava nos lugares, isto é, formando um furacão.	-Trabalhar a conservação e transformação; -Compreender acerca dos fenômenos da natureza; -Trabalhar concepções de ação e reação; -Estimular o conhecimento físico.
Contação de História: Faniquito e Siricutico no Mosquito – Jonas Ribeiro.	Para a contação da história foi confeccionado um teatro de luz e sombra. Utilizando uma lanterna em um ponto adequado foi possível refletir as sombras das figuras presentes na história: o mosquito, casa, janela, joaninha, besouro, borboleta e abelha.	-Proporcionar a interação social e utilizar de habilidades de comunicação, -Introduzir aos conhecimentos a respeito da luz e sombra; -Estimular a criatividade, imaginação, fantasia e interpretação de texto.
Potes Mágicos.	Nesta atividade foram elaborados potes de papéis que continham imagens de sombras de determinadas figuras como: casa, cachorro, menino, fantasma, gato, sapo etc. Para visualizar a sombra dentro do pote, era necessária a luz em posição adequada, fazendo com que os potes se tornassem “mágicos” aos olhos das crianças.	-Construir conhecimentos sobre elementos; -Trabalhar a noção de ação e reação. -Explorar possibilidades; -Desenvolver a criatividade e imaginação; -Trabalhar a perspectiva e a sensibilidade visual.

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores.

Resultados e Discussão

Para que aconteça uma aprendizagem efetiva é necessário haver um mediador neste processo. Conforme destaca Mantovani de Assis (2013), o (a) professor(a) deve encontrar um meio de colocar à disposição de seus alunos uma grande variedade de material, de encorajá-los a serem ativos e curiosos, de responder às suas necessidades afetivas e de favorecer a interação social entre eles, criando, desse modo, condições favoráveis para que cada um se desenvolva na medida de suas possibilidades.

Pensando nisso, as atividades e intervenções pedagógicas propostas foram elaboradas a partir da visão construtivista, que coloca o estudante como sujeito ativo



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



no processo de aprendizagem e traz o papel do professor, justamente, como mediador. Jean Piaget (1896-1980) não vê o aluno como um mero sujeito passivo, esse autor defende a construção do conhecimento por parte do estudante. Desta forma buscamos por atividades que permitissem e dessem liberdade à criança de explorar o meio e suas interações sociais.

Durante as intervenções pedagógicas, as histórias contadas foram pensadas e escolhidas com critérios importantes. A história da Nuvenzinha Triste, da autora, Bia Bedran, aborda temas voltados ao contato de gêneros literários na primeira infância, além de trabalhar a imaginação, os sentimentos e o autoconhecimento. Isso acontece porque a narrativa traz uma nuvem muito triste que ainda não sabe para que serve. Ela deseja ser muitas coisas, como: passarinho, avião, pipa e estrela, mas ao final descobre seu verdadeiro dom.

Foi utilizada a obra *A Onça e o Saci* do autor Pedro Bandeira que conta a história de um personagem que tenta tirar vantagem sobre o outro. Ela aborda, em forma de poema, a história do Saci sabidão que enganou a onça, pois sabia que a mesma desejava encurralá-lo. Assim que o Saci descobre, prepara uma armadilha para prender a onça com a ajuda de suas amigas abelhas. Essa trama ressalta a importância da amizade e prepara a criança para enfrentar e resolver conflitos.

Outra história utilizada na regência foi *Faniquito e siricutico no mosquito* do autor Jonas Ribeiro. Esse texto traz a história de um mosquito mal-educado chamado Frederico. Ele quer entrar em uma casa e, para isso, deve passar por uma janela que impede sua travessia. Frederico age de forma grosseira para abrir a janela, mas com ajuda de alguns amigos descobre palavras mágicas que podem ser usadas para abrir diversas janelas e portas do mundo.

A contação de histórias propicia o desenvolvimento destes aspectos abordados na Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI-2012).



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Quando a criança ouve ou conta histórias, ela imagina, entra na narrativa, se encanta, aprende, questiona e interage com o meio.

No que diz respeito às intervenções pedagógicas, teve-se a preocupação com a linguagem utilizada nas obras literárias, isto é, com as escolhas certas das palavras. Por se tratar de crianças da educação infantil, foram realizadas contações de histórias a partir de uma interação entre aluno e contador. Ou seja, após a contação, foi realizado um profícuo diálogo com perguntas e questionamentos acerca das histórias. Apesar de ainda não serem alfabetizadas, as crianças - não apresentaram dificuldades para responder as questões propostas. Nas atividades registradas a seguir é possível notar a aprendizagem, entendimento, curiosidade, encantamento e imaginação dos estudantes em relação as obras contadas.

Na primeira regência feita no Maternal II, em 28 de abril de 2022, foi trabalhada a história da Nuvenzinha Triste. No primeiro momento foi perguntado às crianças: “O que uma árvore precisa para crescer saudável e bonita?” Todas responderam: “Água!”. Depois, a professora perguntou: “De onde vem a água da chuva?” “E qual o nome da casinha que mora a água da chuva?” Todas responderam: “Nuvem!”. Em seguida, foi contada a história de uma nuvem que vivia triste no céu. No decorrer da história a nuvenzinha triste se transforma em diferentes coisas. Mas mesmo se transformando, ela não se sentiu feliz e começou a chorar. Enquanto ela chorava, a terra brotava e as plantas cresciam. Então, ao final da história, a nuvem se sente importante e feliz, porque descobre que ela era o choro do céu, ela era a chuva.

Todos os alunos ficaram atentos no momento da contação da história. Quando esta acabou, as pesquisadoras cantaram a música: “Plim Plim Plim, olha a chuva” e “Cai chuvinha neste chão”. Enquanto cantavam, uma das pesquisadoras utilizou um guarda-chuva confeccionado com pingos de chuvas e o passou entre os alunos. Em seguida, perguntou-se aos estudantes o que se utiliza para se proteger da chuva. Todos responderam: “Guarda-chuva!”. Então, a professora pediu que todos se



protegessem embaixo do guarda-chuva quando fosse passado, porque iria chover. Para isso, foi utilizado um borrifador para espirrar água em cima do guarda-chuva representando a chuva. Eles interagiram tentando pegar os pingos de chuva do guarda-chuva, alguns levantaram os braços quando foi borrifada a água e outros se esconderam embaixo do guarda-chuva. Esse foi um momento de magia, simbolismo e desenvolvimento da função simbólica.

Na quinta regência, foi declamado um poema do autor Pedro Bandeira A Onça e o Saci e foram utilizados bonecos de feltro e uma vasilha com água e óleo. O poema aborda a história de uma onça que subestima a inteligência do personagem folclórico, Saci-Pererê. Ela pretende caçá-lo colocando açúcar no fundo de um velho poço, mas, ao descobrir seu plano, o Saci - tem a brilhante ideia de atrair a onça para sua própria emboscada. Ao final da contação, foi realizada uma experiência utilizando uma vasilha com água e óleo, e com o auxílio de um palito foi possível representar um redemoinho dentro da água. Essa atividade era complementar à contação de história, tendo como objetivo demonstrar como o Saci chegava aos lugares, isto é, formando um furacão, e assim foram explorados os aspectos físicos da água.

Após o momento da contação e do experimento, as pesquisadoras realizaram perguntas a respeito do poema, como: “A onça conseguiu caçar o Saci?”, as crianças em conjunto responderam bem alto: “Não!”. Em seguida, foi questionado o porquê disso, então o aluno 1 respondeu: “Porque o Saci colocou as abelhas no poço...”, o aluno 2 comentou: “Porque o Saci foi mais esperto”. Depois foi questionado se o que a Onça fez era o correto, e a aluna 3 disse: “Não”. Após a pesquisadora perguntar o porquê, a criança respondeu: “Porque a Onça queria pegar o Saci.”.

Na terceira história, as pesquisadoras narraram o conto de Frederico um mosquito teimoso e muito desobediente. No momento da contação, as crianças ficaram bastante atentas e interagiam com as falas dos personagens. Quando finalizada a história, as crianças foram convidadas para brincarem no teatro de luz e



sombra com os personagens. Nesse momento, elas usaram a própria criatividade para inventarem diferentes histórias.

No momento em que estávamos contando a história, as crianças ficavam bastante atentas, prestando atenção em tudo e, hora ou outra, interagiam e riam com as falas dos personagens. Quando finalizamos a história, todos os presentes na sala aplaudiram e pediram para contar a historinha de novo. Concordamos em contar novamente, mas antes, convidamos as crianças para irem até onde estava o teatrinho a fim de brincar com os personagens. Nesse momento, elas ficaram livres para interagir com o teatro e criar sua própria história, usando os personagens da forma que quisessem. Ao finalizar a atividade, os estudantes voltaram aos seus lugares e, então, a história foi contada novamente.

Ao finalizar a atividade, as pesquisadoras começaram a fazer perguntas relacionadas ao teatro: “Quais são as palavras mágicas?”, “O mosquito conseguiu entrar no final?”. Em voz alta as crianças começaram a responder: “Por favor”, “Com licença”, “Obrigado”, “O mosquito só entrou quando falou com licença...”, “A janela não quis abrir pra ele”.

Considerações Finais

A partir das intervenções pedagógicas realizadas foi possível verificar que os estudantes conseguiram responder as questões propostas com clareza, a partir da interpretação dos textos pelas pesquisadoras, apesar de ainda não possuírem domínio da leitura e escrita. De acordo com Soares (2009), ter contato com a literatura não se trata de uma questão de a pessoa ser alfabetizado ou não. A contação de histórias permite ao indivíduo, que ainda não possui este domínio, uma experiência enriquecedora e prazerosa no que diz respeito ao mundo literário e alfabético. Os contos levados para a sala de aula possibilitaram uma experiência enriquecedora para os estudantes. Os comentários e respostas formuladas por parte dos discentes,



durante as narrativas, demonstraram o interesse e incentivo que eles tiveram em relação a literatura infantil. Quando foi contada, por exemplo, a história da Onça e o Saci durante a intervenção, as pesquisadoras utilizaram todos os recursos disponíveis e ainda com o auxílio de uma boa oralidade, as crianças entenderam qual era a mensagem transmitida. Assim, percebe-se que não importa somente o conteúdo da obra literária a ser trabalhada, mas também, a didática e a metodologia utilizada nesse processo.

Agradecimentos

À UEG e aos professores Sônia e Elton pelas orientações valiosas. Ao povo brasileiro por financiar a universidade pública brasileira.

Referências

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- BANDEIRA, Pedro. **A onça e o saci**. 3º edição. Moderna: São Paulo, 2011.
- BEDRA, Bia. **A nuvenzinha triste**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hpbKnxpLb3c>> Acesso em: 02 set. 2022.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- RIBEIRO, J. **Faniquito e siricutico no mosquito**. Editora: Elementar, 2010.
- SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista brasileira de educação, Minas Gerais, n. 25, p. 05-17, jan./fev./mar./abr. 2004.
- KLEIMAN, A. B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. In: **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008.
- MANTOVANI DE ASSIM, O.Z. **Proepre**: Fundamentos teóricos e prática pedagógica. São Paulo: Book, 2013.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás